

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Maria Carolina Proença da Silva

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UM OLHAR
PARA O CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DAS UNIVERSIDADES
PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**BAURU
2023**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Maria Carolina Proença da Silva

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UM OLHAR
PARA O CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DAS UNIVERSIDADES
PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação da Faculdade de Ciências - UNESP, Bauru, como parte dos requisitos para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, sob orientação da Prof^a. Ass. Thaís Cristina Rodrigues Tezani e Prof. Me. Vinicius Iuri de Menezes.

**BAURU
2023**

S586e Silva, Maria Carolina Proença da
Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: um olhar para o curso de
Pedagogia das Universidades Públicas do Estado de São Paulo / Maria
Carolina Proença da Silva. -- Bauru, 2023
77 p.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Universidade
Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru
Orientadora: Thais Cristina Rodrigues Tezani
Coorientador: Vinicius Iuri de Menezes

1. Educação Especial. 2. Educação Inclusiva. 3. Formação Inicial de
Professores. 4. Pedagogia. 5. Currículo. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências, Bauru.
Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Maria Carolina Proença da Silva

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UM OLHAR
PARA O CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DAS UNIVERSIDADES
PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Educação da Faculdade de Ciências- UNESP, Bauru, como parte dos requisitos para obtenção do título de graduação em Pedagogia, sob a orientação da Prof^a. Ass. Thaís Cristina Rodrigues Tezani e Prof. Me. Vinicius Iuri de Menezes.

Banca examinadora:

Prof^a. Ass. Thaís Cristina Rodrigues Tezani- orientadora
Faculdade de Ciências- UNESP- Bauru

Prof. Me. Vinicius Iuri de Menezes- coorientador
Faculdade de Ciências- UNESP- Bauru

Prof^a. Dr^a. Eliana Marques Zanata
Faculdade de Ciências- UNESP- Bauru

Prof. Me. Alexandre Augusto Castro de Souza Freitas
Secretaria Estadual de Educação

**BAURU
2023**

Aos meus pais, fontes de força e inspiração.
Sendo esta uma pequena forma de expressar
minha gratidão e amor, por todo cuidado e
dedicação que sempre me proporcionaram.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me sustentar em minhas fraquezas.

Aos meus familiares, em especial, aos meus pais, Ivete e Benedito por não medirem esforços no auxílio e incentivo à realização dos meus sonhos e por celebrarem com entusiasmo a cada pequena conquista alcançada em minha vida.

Aos professores, com os quais tive a honra de aprender com seus ensinamentos em toda trajetória escolar e acadêmica, por contribuírem na minha formação.

Às professoras que acompanhei durante a experiência de estágios proporcionados pela graduação, especialmente, à Daniela Matos Pinheiro, à Naiany Lourenço Muller e à Nathalia Pontes de Andrade Yauch.

Aos meus orientadores, Thaís Cristina Rodrigues Tezani e Vinicius Iuri de Menezes, pelo conhecimento compartilhado durante a realização deste estudo e pela compreensão.

Aos meus amigos, de modo especial, às minhas amigas que fiz na trajetória do curso de Pedagogia, por deixarem a rotina extensa de estudo e afazeres mais leve.

Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo.

Paulo Freire

RESUMO

A crescente quantidade de estudantes público-alvo da Educação Especial na rede regular de ensino, tornou imprescindível a reflexão acerca da formação inicial de pedagogos, já que tais profissionais atuam diretamente no ensino-aprendizagem desse grupo social. Diante disso, este estudo tratou da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, possibilitando um olhar para o currículo dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas do Estado de São Paulo. A presente pesquisa teve por objetivo geral analisar os currículos dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Paulista (UNESP, UNICAMP, UNIVESP e USP). Este estudo pretendeu ainda investigar o histórico das Políticas Públicas no país que fundamentam a Educação Especial e identificar os mecanismos educacionais empregados na formação inicial de professores tendo em vista a inclusão. A metodologia utilizada para esta pesquisa deu-se por meio de uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa e de caráter exploratório. Os dados apontaram que as universidades atendem às normas impostas pela legislação, porém, vistos os impasses e demandas vivenciados no âmbito educacional, faz-se necessário o avanço de pesquisas na área da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a oferta de formação inicial que contemple, de modo integral, as áreas de atuação do pedagogo e suas especificidades, desse modo a inclusão dará passos maiores rumo sua efetivação.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação Inclusiva; Formação Inicial de Professores; Pedagogia; Currículo.

ABSTRACT

The growing number of Special Education target audience students in the regular education network has made it essential to reflect on the initial training of pedagogues, as these professionals work directly in the teaching-learning of this social group. Therefore, this study dealt with Special Education from an Inclusive Perspective, enabling a look at the curriculum of Pedagogy courses at Public Universities in the State of São Paulo. The general objective of this research was to analyze the curricula of Pedagogy courses at São Paulo Public Universities (UNESP, UNICAMP, UNIVESP and USP). This study also intended to investigate the history of Public Policies in the country that underpin Special Education and identify the educational mechanisms used in initial teacher training with a view to inclusion. The methodology used for this research was through a bibliographical review, with a qualitative and exploratory approach. The data showed that universities meet the standards imposed by legislation, but given the impasses and demands experienced in the educational sphere, it is necessary to advance research in the area of Special Education from the Perspective of Inclusive Education and the provision of initial training that includes comprehensively the areas of activity of the pedagogue and their specificities, thus inclusion will take greater steps towards its effectiveness.

Keywords: Special Education; Inclusive Education; Initial Teacher Training; Pedagogy; Curriculum.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Quantidade de trabalhos encontrados dos últimos dez anos.....	19
Figura 1 - Quantidade de trabalhos por ano.....	20
Quadro 2 - Artigos selecionados para compor a presente pesquisa.....	20
Figura 2 - Fluxograma Prisma.....	22
Quadro 3- Artigos referentes ao Histórico da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no Brasil.....	23
Quadro 4- Artigos referentes à Formação de Professores para a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.....	24
Figura 3 - Linha do tempo Educação Inclusiva no Brasil.....	32
Quadro 5 - Especificidades do público-alvo da Educação Especial.....	34
Figura 4 - Diferenciação entre exclusão, segregação, integração e inclusão.....	38
Tabela 1- Quantidade de estudantes público alvo da Educação Especial nos últimos dez anos.....	39
Figura 5 - Avanço das matrículas de Educação Especial no ensino básico por local de atendimento- Brasil 2012-2022.....	40
Quadro 6- Carga horária dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas do Estado de São Paulo.....	46
Quadro 7- Ementas das disciplinas relacionadas à EEPI do curso de pedagogia-UNESP Araraquara.....	51
Quadro 8- Ementas das disciplinas relacionadas à EEPI do curso de pedagogia-UNESP Bauru.....	52
Quadro 9- Ementas das disciplinas relacionadas à EEPI do curso de pedagogia-UNESP Marília.....	54
Quadro 10- Ementas das disciplinas relacionadas à EEPI do curso de pedagogia-UNESP Presidente Prudente.....	56
Quadro 11- Ementas das disciplinas relacionadas à EEPI do curso de pedagogia-UNESP Rio Claro.....	57

Quadro 12- Ementas das disciplinas relacionadas à EEPI do curso de pedagogia-UNESP São José do Rio Preto.....	58
Quadro 13- Ementas das disciplinas relacionadas à EEPI do curso de pedagogia-UNICAMP.....	59
Quadro 14- Ementas das disciplinas relacionadas à EEPI do curso de pedagogia-UNIVESP.....	60
Quadro 15- Ementas das disciplinas relacionadas à EEPI do curso de pedagogia-USP Ribeirão Preto.....	61
Quadro 16- Ementas das disciplinas relacionadas à EEPI do curso de pedagogia-USP São Paulo.....	63
Quadro 17- Referências de diversas disciplinas do curso de Pedagogia tendo como base a Educação Especial.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
AIPD	Ano Internacional das Pessoas Deficientes
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE/ CP	Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno
EEPI	Educação Especial na Perspectiva Inclusiva
FEUSP	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Libras	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEEPEI	Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PRISMA	Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises

Secadi Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão

SciELO Scientific Electronic Library Online

UNESP Universidade Estadual de São Paulo

UNICAMP Universidade Estadual de Campinas

UNIVESP Universidade Virtual do Estado de São Paulo

USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	Introdução.....	15
2	Os caminhos da pesquisa.....	17
2.1	Tipo de pesquisa.....	17
2.2	Coleta de dados.....	18
3	Perspectivas e Desenvolvimentos na Formação de Professores para a Educação Inclusiva (2012-2022).....	23
3.1	Os artigos e o Histórico da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no Brasil.....	23
3.2	Os artigos e a Formação de Professores para a Educação Inclusiva.....	24
4	Fundamentos históricos, conceituais e legais da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.....	27
4.1	A Evolução da Educação Especial no Brasil: do século XVI ao Século XX... 28	
4.2	Breve percepção histórica no Brasil.....	29
4.3	Projetos normativos em vista da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva pós Constituição de 1988.....	31
4.4	Índice de estudantes público-alvo da Educação Especial na rede regular.....	37
5	O currículo do curso de Pedagogia das Universidade Públicas do Estado de São Paulo.....	42
5.1	A formação do pedagogo na perspectiva da educação inclusiva.....	42
5.2	O currículo das Universidades Públicas Paulistas.....	45
6	Considerações finais.....	67
	REFERÊNCIAS.....	69
	APÊNDICE.....	74

1 Introdução

O presente Trabalho de Conclusão de Curso busca aprofundar a temática da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Isso se deve ao aumento significativo de estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial nos últimos anos, matriculados em classes comuns da rede regular de ensino. A necessidade de profissionais qualificados para atuar nessa área da educação tornou-se evidente.

A decisão de abordar essa temática surgiu a partir das experiências adquiridas durante os estágios realizados ao longo da trajetória do curso. Durante esses estágios, acompanhamos de perto estudantes com necessidades educacionais específicas. Essas vivências destacaram a importância de explorar o tema da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a necessidade de preparar profissionais para enfrentar os desafios que surgem neste contexto.

Dessa forma, durante o processo de formação inicial, surgiram questionamentos cruciais, com o intuito de abordar a problemática relacionada à formação de pedagogos e sua conexão com a promoção da inclusão no ambiente educacional.

Portanto, o objetivo geral da presente pesquisa consiste em:

- Analisar os currículos dos cursos de Licenciatura em Pedagogia oferecidos pelas Universidades Públicas do Estado de São Paulo (UNESP, UNICAMP, UNIVESP e USP) que são responsáveis por preparar professores para atender às necessidades de inclusão na Educação Infantil e no Ensino Fundamental – anos iniciais.

Quanto aos objetivos específicos:

- Investigar o histórico das Políticas Públicas no Brasil que respaldam a Educação Especial.
- Identificar os mecanismos educacionais empregados na formação inicial de professores para a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos

globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino.

A metodologia empregada nesta pesquisa constituiu numa abordagem qualitativa de natureza exploratória, considerada como pesquisa básica. Para atingir os objetivos, foi realizada uma revisão bibliográfica, que permitiu a análise do histórico da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no contexto brasileiro, correlacionando-o com a formação de professores.

Este Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em quatro seções. A primeira seção abordou os métodos empregados para a obtenção de referências, por meio de pesquisas nas bases de dados SciELO e Portal de Periódicos da CAPES. Na segunda seção, foram realizados resumos dos artigos selecionados para integrar a pesquisa, apresentando a visão dos autores sobre a temática em questão.

A terceira seção se dedicou aos “Fundamentos Históricos, Conceituais e Legais da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva”, fornecendo uma contribuição significativa para a reflexão sobre a trajetória da Educação Especial no Brasil.

Por último, a quarta seção descreveu o desenvolvimento do curso de Pedagogia no Brasil, incluindo os dados obtidos na análise dos currículos das universidades públicas do Estado de São Paulo.

2 Os caminhos da pesquisa

A presente seção teve por objetivo evidenciar os caminhos metodológicos empregados para compor este Trabalho de Conclusão de Curso, bem como, o tipo de pesquisa e o procedimento de coleta de dados.

2.1 Tipo de pesquisa

O presente estudo possui como finalidade a realização de uma pesquisa de natureza básica, sendo esta utilizada com a intenção de produzir conhecimento, além de dedicar-se no desenvolvimento de teorias científicas já existentes. Por meio de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa de natureza exploratória buscaram-se artigos na base de dados SCIELO e Portal de Periódicos CAPES que relacionassem a formação inicial de pedagogos com a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

Com o intuito de atingir os objetivos apresentados, apreender o objeto de pesquisa de modo íntegro e analisar os dados investigados para além da visão quantitativa, foi utilizada a abordagem qualitativa, que, de acordo com Mattar e Ramos (2021, p. 131):

As pesquisas qualitativas têm como objetivo geral compreender determinados fenômenos em profundidade. Isso implica explorá-los e descrevê-los por diversas perspectivas, além de compreender os significados e as interpretações que os participantes da pesquisa atribuem a esses fenômenos e às suas experiências.

Sendo assim, tendo como alvo o conhecimento assertivo e o aumento das reflexões acerca da área de estudo da presente pesquisa e do tema proposto, a fim de realizar uma investigação integral, utilizou-se uma pesquisa exploratória, no que destaca Gil (2021, p. 26):

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses a serem testadas em estudos posteriores.

A justificativa para o uso da revisão bibliográfica deu-se a partir da ideia de estabelecer correlações entre obras já existentes e o estudo a ser produzido, a fim de “ultrapassar o conteúdo particular de cada documento e alcançar um entendimento do que se encontra entre eles” (Cavalcante; Oliveira, 2020, p.94). Assim sendo, a subseção seguinte evidenciou os passos caminhados para a coleta de dados de artigos para compor este estudo.

2.2 Coleta de dados

Para obter os dados essenciais para a realização desta pesquisa, o procedimento técnico utilizado foi a pesquisa bibliográfica. Conforme destacado por Mattar e Ramos (2021), a pesquisa bibliográfica é um tipo específico de pesquisa documental que envolve principalmente documentos como artigos científicos, dissertações, teses, capítulos e livros.

As fontes de busca foram as bases de dados SciELO e Portal de Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Depois de estabelecer o mecanismo de busca para a pesquisa, selecionamos palavras-chave que representam o tópico da pesquisa. Para fazer isso, utilizamos os operadores booleanos “OR” para indicar variações dentro do mesmo conjunto e “AND” para indicar combinações de palavras-chave diferentes, que incluem: “Educação Especial” OR “Educação Inclusiva” AND “Formação de Professores” OR “Currículo” - feitas na SciELO; “Educação Especial e Inclusiva” AND “Formação de professores” AND “Currículo”- utilizadas no Portal de Periódicos da CAPES.

A escolha de utilizar os operadores booleanos “OR” e “AND” ao selecionar palavras-chave para a presente pesquisa se baseou na necessidade de abranger uma variedade de termos relacionados ao tópico do estudo de forma eficiente. Ainda, o uso de aspas (“”) em cada descritor pesquisado teve como finalidade encontrar as palavras na mesma estrutura que foram dispostas.

A decisão de empregar esses operadores auxiliou na busca por um equilíbrio entre a amplitude e a precisão da pesquisa, assegurando a obtenção de resultados abrangentes e pertinentes sobre o tema, com especial atenção à formação de professores e ao currículo.

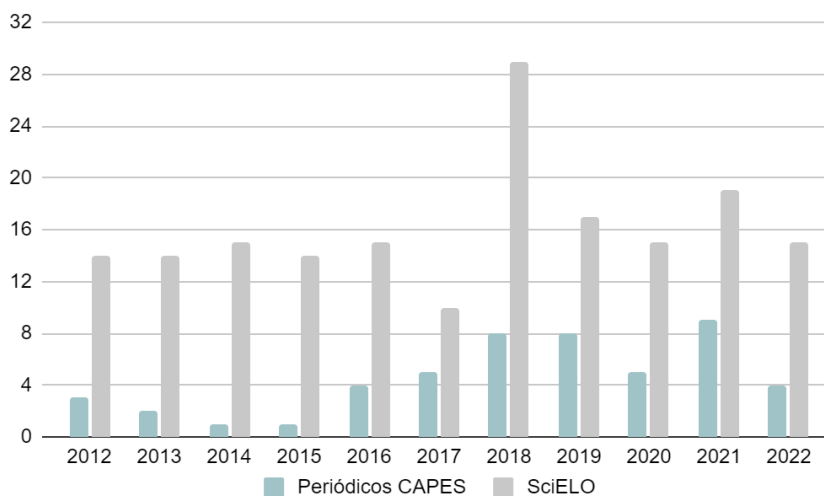
Da mesma forma, aplicamos filtros para uma pesquisa mais precisa, resultando em artigos que fazem referência a trabalhos realizados nos últimos 10 anos, em língua portuguesa e desenvolvidos no Brasil. Os detalhes sobre a relação entre documentos e ano podem ser encontrados no Quadro 1.

Quadro 1 - Quantidade de trabalhos encontrados dos últimos dez anos

Ano	Portal Periódicos CAPES	SciELO
2012	3	14
2013	2	14
2014	1	15
2015	1	14
2016	4	15
2017	5	10
2018	8	29
2019	8	17
2020	5	15
2021	9	19
2022	4	15
Total	50	177

Fonte: A autora (2023).

No Portal Periódicos da CAPES, localizamos 50 artigos, enquanto na base de dados SciELO, 177. Assim, a pesquisa totalizou 227 documentos, os quais passaram por quatro etapas até que fossem selecionados aqueles que se relacionavam com o tema para assim compor os referenciais teóricos deste estudo. As etapas de seleção foram: Identificação, referente ao total de artigos encontrados nas bases de dados; Triagem, relativo aos estudos que passaram por uma análise aprofundada; Elegibilidade, sendo as pesquisas dispostas a uma investigação minuciosa; Inclusão, alusivo aos trabalhos elegidos para compor esta pesquisa. A Figura 1 apresenta uma síntese das informações do Quadro 1.

Figura 1 - Quantidade de trabalhos por ano

Fonte: A autora (2023).

Ao final, foram escolhidos 8 artigos a partir das pesquisas realizadas nas bases de dados para integrar este estudo. Esses artigos serão listados no Quadro 2. Os critérios de exclusão foram baseados nos seguintes tópicos:

- a) Falta de relação entre os textos e os descritores.
- b) Inacessibilidade do artigo quando destinado ao site de origem.
- c) Artigos que se encontravam duplicados no site de busca.

Quadro 2 - Artigos selecionados para compor a presente pesquisa

Nº	Título	Autor	Ano
1	Currículo e deficiência: análise de publicações brasileiras no cenário da educação inclusiva	Lúcia Pereira Leite, Laura Moreira Borelli e Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins	2013
2	Os cursos de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista e a Educação Inclusiva	Cristiane Regina Xavier Fonseca- Janes e Sadao Omote	2013
3	Pedagogia, educação especial e educação inclusiva na UNESP: história e trajetória	Cristiane Regina Xavier Fonseca- Janes, Celestino Alves da Silva Júnior e Anna Augusta Sampaio de Oliveira	2013
4	Revisão sistemática acerca das políticas de educação inclusiva para a formação de professores	Maria Amélia Ingles, Samuel Antoszczyszen, Sílvia Iris Afonso Lopes Semkiv e Jáima Pinheiro de Oliveira	2014

5	A Educação Inclusiva: um estudo sobre a Formação Docente	Lídia Mara Fernandes Lopes Tavares, Larissa Medeiros Marinho dos Santos e Maria Nivalda Carvalho Freitas	2016
6	A Educação Especial Na Formação De Professores: Um Estudo sobre Cursos de Licenciatura em Pedagogia	Cláudia Alves Rabelo Pereira e Selva Guimarães	2019
7	Segregar ou incluir? Coalizões de defesa, ideias e mudanças na educação especial do Brasil	Letícia Maria Schabbach e Júlia Gabriele Lima da Rosa	2021
8	Muda o governo, mudam as políticas? O caso da política nacional de educação especial	Julia Gabriele Lima da Rosa e Luciana Leite Lima	2022

Fonte: a autora (2023).

Para fornecer suporte eficaz na condução da pesquisa, recorreremos à Declaração dos Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (PRISMA)¹. A Revisão Sistemática é pautada numa busca precisa, sucedida por uma seleção atenta, desempenhando uma análise minuciosa, finalizada com a síntese dos resultados encontrados (Rosa, 2023).

Essa declaração contém orientações para buscar, selecionar, incluir e sintetizar estudos científicos, a fim de realizar a Pesquisa Bibliográfica de maneira sistemática e transparente. O processo do PRISMA envolve o preenchimento de um *checklist* com 27 itens² e a criação de um fluxograma. Em 2020 o PRISMA foi revisado, a fim de otimizar o processo das pesquisas.

Após mais de uma década da elaboração e publicação dos Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-Análises (PRISMA), em 2009, a declaração PRISMA 2020 foi revisada, com vistas à atualização e incorporação de recomendações que refletem os avanços metodológicos da área. A partir da revisão de 60 documentos, foram identificados os itens da declaração PRISMA 2009 que necessitariam de modificação. As alterações foram analisadas por 110 pesquisadores e a versão aprovada foi avaliada em reunião presencial para a revisão da redação dos itens e outros refinamentos para clareza da diretriz (Galvão; Tiguman; Sarkis-Onofre, 2022, p. 1).

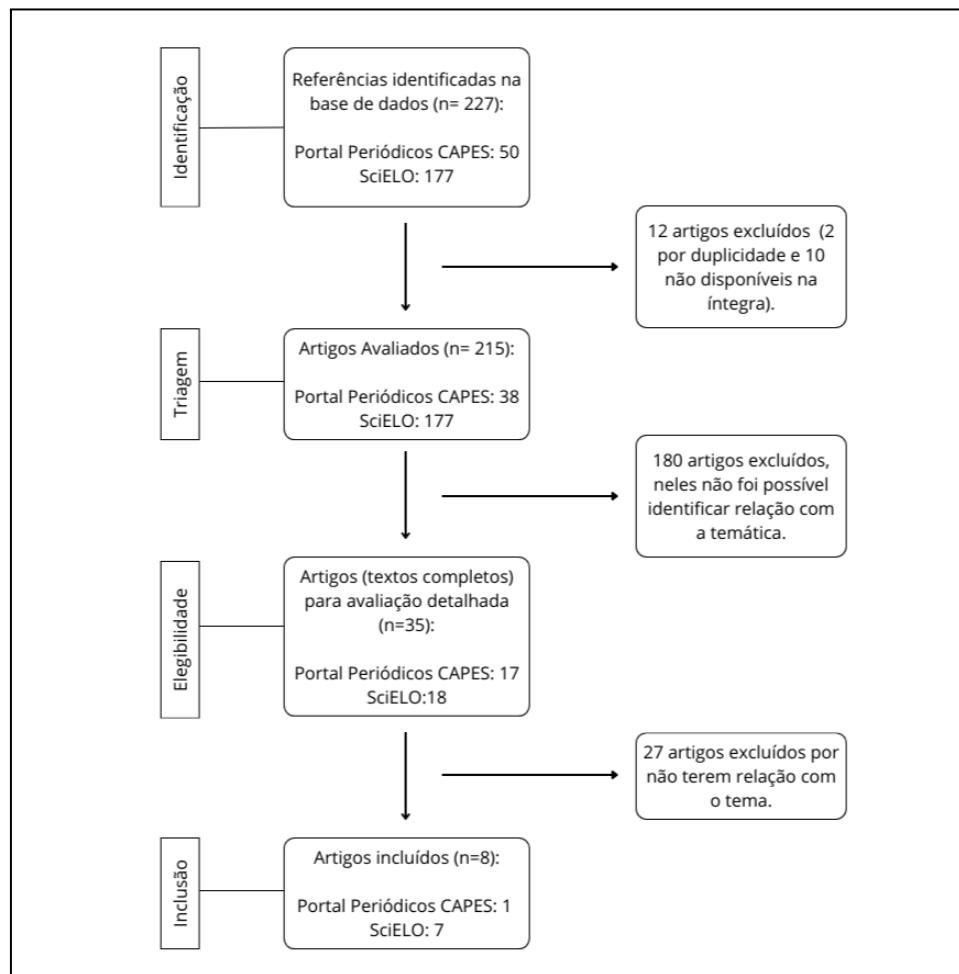
¹ O PRISMA é um conjunto de elementos essenciais, destinado a ser utilizado na documentação de estudos que compõem revisões sistemáticas e meta-análises. Embora sua ênfase esteja na elaboração de relatórios para revisões que investigam estudos randomizados, ele também pode servir como um alicerce para a documentação de revisões sistemáticas abrangendo outras categorias de pesquisa, notadamente aquelas que envolvem avaliações de intervenções. (Rosa, 2023, Online)

² O Checklist desta pesquisa encontra-se no Apêndice.

Além disso, “O uso do PRISMA 2020 tem o potencial de beneficiar diversas partes interessadas. A apresentação abrangente permite aos leitores avaliar a adequação dos métodos e, por conseguinte, a confiabilidade dos resultados” (Page *et al.*, 2022, p. 6).

A Figura 2 apresenta o fluxograma recomendado pelo PRISMA, que resume o caminho percorrido durante a condução da presente pesquisa.

Figura 2 - Fluxograma Prisma



Fonte: A autora (2023).

Assim, a partir dos dados aqui levantados, a seção seguinte expôs aquilo que dizem os autores dos artigos em consonância com a temática.

3 Perspectivas e Desenvolvimentos na Formação de Professores para a Educação Inclusiva (2012-2022)

A presente seção consolidou as principais ideias dos autores dos artigos escolhidos para compor esta pesquisa, para que esses trabalhos pudessem auxiliar o estudo e desenvolver ideias. Os trabalhos selecionados foram divididos, alguns integraram a Seção 4, referente ao Histórico da Educação Inclusiva e outros compuseram a Análise dos Currículos do curso de Pedagogia das Universidades Públicas Paulista (Seção 5).

3.1 Os artigos e o Histórico da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no Brasil

A elegibilidade dos trabalhos decorreu das semelhanças com o conteúdo explorado, no que se refere ao histórico da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no Brasil, cuja temática foi investigada na Seção 4 deste estudo. Os artigos presentes no Quadro 3 compuseram a presente pesquisa.

Quadro 3- Artigos referentes ao Histórico da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no Brasil

Artigos	Ano
LEITE, Lúcia P.; BORELLI, Laura M.; MARTINS, Eli S. de Oliveira. Currículo e deficiência: análise de publicações brasileiras no cenário da educação inclusiva.	2013
PEREIRA, Cláudia A. Rabelo; GUIMARÃES, Selva. A Educação Especial Na Formação De Professores: Um Estudo sobre Cursos de Licenciatura em Pedagogia.	2019
SCHABBACH, Letícia M.; ROSA, Júlia G. Lima da. Segregar ou incluir? Coalizões de defesa, ideias e mudanças na educação especial do Brasil.	2020

Fonte: A autora (2023).

Leite, Borelli e Martins (2013) elaboraram a pesquisa a partir do histórico da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil, considerando os marcos mais importantes para a discussão relacionada à diversidade e o currículo.

Para isso, a metodologia foi marcada pela busca de periódicos publicados entre 2000 e 2010 que conectassem o currículo e a Educação Especial. Por fim, os autores constataram que apesar dos marcos normativos que alicerçam a Educação Inclusiva, faz-se necessária uma organização pedagógica voltada para a adaptação curricular de acordo com a individualidade de cada estudante.

Pereira e Guimarães (2019) analisaram os componentes curriculares da Educação Especial na formação inicial de pedagogos das Universidades Federais do Estado de Minas Gerais, por meio da investigação observaram que os cursos de pedagogia estavam de acordo com a legislação e concluíram que as disciplinas ofertadas são insuficientes na formação de professores para a atuação com estudantes público-alvo da Educação Especial.

Schabbach e Rosa (2020) iniciaram o estudo com investigações acerca das políticas públicas e dos marcos históricos e legais da Educação Especial no Brasil. A metodologia consistiu num estudo de caso sobre o Subsistema Nacional de Educação Especial (SEE) e consideraram como sendo provedor da escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a união entre a coordenação da SEE, os estados e municípios e as escolas regulares.

3.2 Os artigos e a Formação de Professores para a Educação Inclusiva

A presente subseção tratou dos artigos que se relacionam com a Formação de Professores para a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, tal questão foi estudada na Seção 5 do presente estudo. Dessa forma, buscaram-se nos artigos questões que se relacionassem com a categoria apresentada. Os trabalhos selecionados estão descritos no Quadro 4.

Quadro 4- Artigos referentes à Formação de Professores para a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva

Artigos	Ano
FONSECA- JANES, Cristiane R. X.; JÚNIOR, Celestino A. da Silva; OLIVEIRA, Anna A. S. Pedagogia, educação especial e educação inclusiva na UNESP: história e trajetória.	2013

FONSECA- JANES, Cristiane R. X.; OMOTE, Sadao. Os cursos de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista e a Educação Inclusiva.	2013
INGLES, Maria A. <i>et al.</i> Revisão sistemática acerca das políticas de educação inclusiva para a formação de professores.	2014
TAVARES, Lídia M. F. L.; SANTOS, Larissa M. M.; FREITAS, Maria N. C. A Educação Inclusiva: um estudo sobre a Formação Docente.	2016
ROSA, Julia G. da Lima; LIMA, Luciana L. Muda o governo, mudam as políticas? O caso da política nacional de educação especial.	2022

Fonte: A autora (2023).

Fonseca- Janes, Júnior e Oliveira (2013) abordaram no artigo o histórico do curso de Pedagogia no contexto brasileiro e na Universidade Estadual Paulista (UNESP), com ênfase especial no Câmpus de Marília. Exploraram a perspectiva de influentes autores da educação, como Saviani e Libâneo, destacando a importância da formação de qualidade como um fator crucial para garantir a inclusão, especialmente no âmbito da Educação Especial.

Fonseca- Janes e Omote (2013) tomaram como ponto de partida a discussão sobre a importância da educação de qualidade na garantia de acesso e permanência escolar por parte do aluno com necessidades educacionais especiais, além disso analisaram o histórico do curso de pedagogia no contexto brasileiro. Ademais, revelaram o pioneirismo da Universidade Estadual Paulista (UNESP) na promoção de recursos humanos para a prática do magistério frente a estudantes com deficiência e analisaram os cursos de pedagogia dos diferentes Campi da Universidade.

Ingles *et al* (2014) conduziram uma pesquisa com o objetivo de analisar estudos relacionados a tópicos específicos, incluindo Políticas da Formação de Docentes, Políticas da Educação Inclusiva, Formação de Professores, Políticas de Formação de Professores, Legislação Educacional e Educação Inclusiva. Com base em suas pesquisas, os autores iniciaram discussões sobre a importância de refletir sobre a Educação Inclusiva em relação à formação de professores e suas práticas pedagógicas.

Tavares, Santos e Freitas (2016) conduziram uma pesquisa qualitativa na qual entrevistaram professores de escolas municipais e estaduais, focando

principalmente em questões relacionadas à formação inicial e continuada dos professores na área da Educação Inclusiva. De forma geral, os docentes destacaram a insuficiência da formação inicial, sua busca por complementação na formação continuada e a lacuna entre a teoria e a prática. Com base nesses resultados, os autores concluíram que a inclusão de estudantes com deficiência na rede regular de ensino ainda demanda avanços significativos no país.

Rosa e Lima (2022) destacaram as mudanças na Política Nacional de Educação que coincidiram com a transição de governo entre os anos de 2016 e 2019. Para isso, utilizaram como base a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPEI) e identificaram cinco categorias de análise: escolarização, modalidade da Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e, profissionais. Essas categorias desempenharam um papel fundamental na estruturação da presente pesquisa.

Dessa forma, a próxima seção, alicerçada pela teoria dos artigos difundidos presentemente, tratou dos Fundamentos históricos, conceituais e legais da Educação Inclusiva que serviu como recurso para a análise dos currículos do curso de pedagogia das Universidades Públicas do Estado de São Paulo.

4 Fundamentos históricos, conceituais e legais da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva

A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva desempenha um papel essencial ao buscar assegurar a igualdade de oportunidades educacionais para todas as pessoas, sem importar suas habilidades, necessidades ou características individuais. Para uma compreensão abrangente desse conceito, é fundamental aprofundar-se em seus fundamentos históricos, conceituais e legais.

Do ponto de vista histórico, a Educação Especial teve suas origens no século XIX, passando por uma notável evolução ao longo do tempo. Inicialmente, a sociedade segregava indivíduos com necessidades especiais, negando-lhes o acesso à educação. No entanto, ao longo do tempo, documentos e movimentos em prol da inclusão e igualdade de direitos começaram a alterar a percepção da sociedade, culminando em uma mudança paradigmática na abordagem da Educação Especial.

Em termos conceituais, a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva fundamenta-se na premissa de que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças individuais, possuem o direito fundamental de receber uma educação de qualidade em um ambiente inclusivo. Isso vai além do simples acesso à educação, abrangendo a participação ativa de todos e assegurando que as necessidades individuais de cada um sejam atendidas de maneira adequada. Diante disso, Pereira e Guimarães afirmam:

Entendemos a educação inclusiva como um direito humano, um processo que possibilita combater e erradicar os estereótipos sociais que separam os ditos "normais" dos "anormais". É o processo no qual as diferenças favorecem o crescimento do grupo, do coletivo. Para que seja efetivado, é necessário romper com os padrões convencionais de ensino e de aprendizagem, e criar condições para efetivar um processo em que todos contribuam para a concretização, de fato, do direito de aprender (Pereira; Guimarães, 2019, p. 572).

Do ponto de vista legal, vários marcos normativos e legislativos foram fundamentais na consolidação da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Isso não engloba apenas convenções e tratados internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, mas também legislações

nacionais que estabelecem diretrizes para a efetiva implementação da inclusão educacional.

Nesta análise dos fundamentos históricos, conceituais e legais da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (EEPI), torna-se evidente como essa abordagem desempenhou um papel revolucionário no sistema educacional, fomentando a diversidade, igualdade e participação de todos os estudantes, apesar de suas diferenças individuais, com base nos autores apresentados na Seção 3 e na legislação. Além disso, os estudos de Mazzotta (2001) e Secundino e Santos (2023) contribuíram de modo significativo na elaboração da presente seção. Dessa forma, as próximas subseções expuseram o histórico da Educação Especial no Brasil.

4.1 A Evolução da Educação Especial no Brasil: do século XVI ao Século XX

No século XVI, profissionais da saúde e da educação, de várias partes do mundo, promoveram os ideais de sociedade predominantes na época e acreditaram na possibilidade de educar pessoas consideradas ineducáveis. No entanto, a resposta social à falta de pesquisas nessa área foi a institucionalização em asilos e manicômios. A justificativa para essa prática residia na crença de que pessoas com deficiência estariam bem cuidadas e seguras em ambientes isolados, ao mesmo tempo em que a sociedade estaria protegida dos “anormais” (Mendes, 2006).

No Brasil, em 12 de setembro de 1854, Dom Pedro II inaugurou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos na cidade do Rio de Janeiro. A iniciativa foi influenciada por José Álvares de Azevedo, um brasileiro cego que estudou no Instituto de Jovens Cegos de Paris. Posteriormente, em 1890, o nome da instituição foi modificado para Instituto Nacional dos Cegos, pelo então chefe de Governo, Marechal Deodoro da Fonseca. Em homenagem a Benjamin Constant Botelho de Magalhães, ex-diretor e professor de matemática, a escola foi renomeada como Instituto Benjamin Constant por meio do Decreto nº1320 de 1891 (Mazzota, 2001).

Ainda durante o Império de Dom Pedro II, via Lei nº 839 de 1857, foi estabelecido o Instituto dos Surdos-Mudos na cidade do Rio de Janeiro. A criação do Instituto foi resultado da iniciativa de Ernesto Huet, um cidadão francês, que apresentou a ideia ao Marquês de Abrantes, encontrando nele um entusiástico

defensor do projeto. Após um século desde a sua fundação, a instituição passou por uma transformação e foi rebatizada como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

No início do século XX houve o surgimento de uma série de iniciativas que resultaram na importância da educação para pessoas com deficiência. Em 1945, foi fundada a Sociedade Pestalozzi do Brasil, e em 1954, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Essas instituições se dedicaram de forma exclusiva ao atendimento daqueles que eram o foco da Educação Especial.

4.2 Breve percepção histórica no Brasil

As instituições que foram estabelecidas durante o período imperial (1822-1889) para a educação de cegos e surdos, bem como as fundações criadas na República para atender pessoas com deficiência intelectual, não promoveram a inclusão. No entanto, o contato entre esses grupos proporcionou a troca de experiências e desafios compartilhados, por efeito da segregação social. Essa situação insatisfatória serviu como marco para o surgimento de movimentos criados pelas próprias pessoas com deficiência.

Nesse contexto, as organizações desempenharam um papel fundamental no reconhecimento dos cidadãos com deficiência como grupo social.

No final da década de 1970, com o início do declínio do regime militar no Brasil (1964-1985), período no qual os direitos civis e políticos foram perdidos, principalmente durante os “anos de chumbo”, marcados pelo acirramento das várias formas de violência, censura, perseguições políticas, tortura, entre outros, vários setores da sociedade que antes eram silenciados devido ao autoritarismo uniram forças e deram início a movimentos em direção à redemocratização. Isso incluiu grupos como negros, mulheres, indígenas, sem-terra, pessoas homoafetivas e, também pessoas com deficiência.

A Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD) em 1981. Esse evento desempenhou papel significativo ao promover discussões e mobilizações importantes em prol dos direitos, visibilidade e igualdade das pessoas com deficiência em todo o mundo, inclusive no Brasil.

Em 1985, o então Ministro da Educação, Marco Maciel, apresentou ao presidente José Sarney uma proposta para estudar a situação da Educação Especial no Brasil. O objetivo era propor melhorias que abordassem não apenas questões educacionais, mas também indagações que impactassem vários setores sociais, como saúde e trabalho. Como resultado, o Comitê Nacional para Educação Especial foi criado por meio do Decreto nº 91.872, de 4 de novembro de 1985.

O objetivo geral desse comitê, conforme estabelecido no Artigo 1º do decreto foi “[...] traçar política de ação conjunta visando ao aprimoramento da educação especial e à integração das pessoas portadoras de deficiência, de problemas de conduta e superdotadas (Brasil, 1985).

No final de 1986, ocorreram eleições gerais para governadores, senadores e deputados, um evento importante, pois os políticos eleitos seriam parte da Assembleia Geral Constituinte encarregada de redigir a Constituição atual. Após a posse dos novos representantes, em 1987, começou o processo de elaboração da escrita da Constituição, que envolveu ampla participação popular e que levou 20 meses para ser concluído. Nesse contexto, os movimentos de pessoas com deficiência tornaram-se ativos nos debates realizados pela Assembleia Nacional Constituinte (ANC).

Esses movimentos promoveram discussões e reuniões com o objetivo de garantir que os direitos das pessoas com deficiência fossem incorporados à Constituição. Também buscaram e enfatizaram a autonomia desse grupo social, para que o assistencialismo³ não fosse o principal enfoque. Em vez disso, pleitearam que os direitos das pessoas com deficiência fossem integrados a toda estrutura constitucional, em vez de serem tratados em uma seção separada, assegurando que esses direitos fossem parte dos direitos de todos os cidadãos.

Desde o início da década de 1980, a principal demanda do movimento era a igualdade de direitos, e, nesse sentido, reivindicavam que os dispositivos constitucionais voltados para as pessoas com deficiência deveriam integrar os capítulos dirigidos a todos os cidadãos. O movimento vislumbrava, portanto, que o tema deficiência fosse transversal no texto constitucional (Lanna Júnior, 2010, p.65).

³ Caráter assistencialista se refere a ações que não transformam a realidade social da pessoa necessitada de algo, pois atende apenas às necessidades individuais e emergentes por serem pontuais sem promover mudanças estruturais efetivas e duradouras. Um exemplo são as doações que acontecem esporadicamente ou sob solicitação sem um caráter de projetos em longo prazo que resultem em mudanças. (Rodrigues; Capellini; Santos, 2014, p.4)

A promulgação da Constituição em 5 de outubro de 1988, denominada por muitos como Constituição cidadã, marcou o ponto culminante no período pós-ditadura no Brasil. Esse evento representou o início da Nova República, inaugurando um contexto político democrático que perdura até os dias atuais, que visa a promoção de direitos para os indivíduos dos diversos grupos sociais. Por consequência disso, a próxima subseção tratou dos projetos normativos que alicerçaram o conceito de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva a partir da Constituição de 1988.

4.3 Projetos normativos em vista da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva pós Constituição de 1988

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 representou um marco inicial para a discussão sobre a inclusão de estudantes com deficiência na rede regular de ensino, especialmente por meio do Artigo 205⁴.

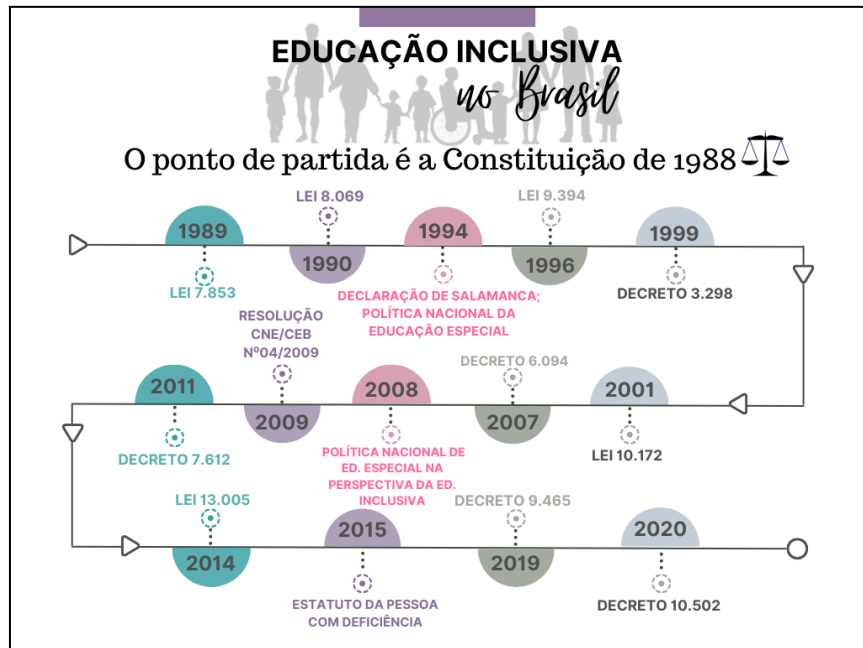
Cabe destacar que a Constituição declara que a educação é um direito de todos (Brasil, 1988) e para que estudantes público-alvo da Educação Especial tenham suas necessidades atendidas dentro da classe comum, é imprescindível a oferta de materiais, acessibilidade, formação de qualidade para profissionais que atuam com esse grupo e , sobretudo políticas públicas. Dessa forma, Pereira e Guimarães (2019, p.573), expressaram:

Compreendemos que isso depende de um conjunto de fatores, desde as condições de trabalho dos docentes e dos profissionais da educação, das condições físicas e dos materiais dos espaços, da democratização dos ambientes escolares, de políticas públicas [...]

Diante desse contexto, foi elaborada uma linha do tempo com os marcos legais investigados na presente pesquisa considerando as datas listadas na Figura 3, com base nos estudos de Secundino e Santos (2023).

⁴ Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Figura 3 - Linha do tempo Educação Inclusiva no Brasil



Fonte: A autora (2023).

Em 1989 foi promulgada a Lei nº 7.853, que estabeleceu medidas de apoio aos cidadãos com deficiência com o objetivo de promover sua integração social em diversas áreas, incluindo educação, saúde, formação profissional, trabalho, recursos humanos e edificações. A lei estabeleceu a obrigação tanto para o sistema público quanto para o privado, de matricular estudantes com deficiência na rede regular de ensino. Além disso, as instituições educacionais eram obrigadas a oferecer adaptações curriculares e garantir o acesso a benefícios disponíveis para outros estudantes, como merenda escolar, material escolar e bolsas de estudos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, via Artigo 54 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, destacou a responsabilidade do Estado em assegurar às crianças e adolescentes o acesso ao atendimento educacional especializado na rede regular de ensino.

Em 1994, durante a Assembleia Geral da ONU na Alemanha, foi emitida a Declaração de Salamanca. O documento instou os Estados a garantirem a educação inclusiva como parte integrante do sistema educacional. Sob a influência dos princípios da declaração da ONU, o Brasil promulgou a Política Nacional de Educação Especial no mesmo ano.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394/1996 em seu artigo 59 estabelece diretrizes referente a recursos e métodos para integrar estudantes com necessidades educacionais específicas ao ensino regular. Além disso, a lei destacou a necessidade de ter professores na rede regular de ensino capacitados para acomodar todos na sala de aula comum. A legislação enfatiza a importância da Educação Especial para o trabalho, visando a integração efetiva desses indivíduos na sociedade.

No final da década de 1990, o Decreto nº 3.298 foi instituído para complementar e viabilizar a efetiva execução da Lei 7.853 (Brasil, 1989), que trata da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. A seção II deste decreto está relacionada ao acesso à educação, e o Artigo 24, item II, destaca o caráter inclusivo pretendido no contexto educacional. De acordo com esse ponto do documento: “II - a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino” (Brasil, 1999).

Em 2001, o presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, sancionou a Lei nº 10.172, conhecida como Plano Nacional de Educação (PNE). O capítulo 8 desse Plano estava relacionado à Educação Especial. Nesse documento, ao traçar objetivos e metas, havia a intenção de criar ambientes educacionais que possibilitasse o atendimento de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A lei também enfatizava a preferência pela inclusão desses estudantes nas classes comuns. No entanto, em casos excepcionais, estes poderiam ser encaminhados para salas e escolas especiais.

Além disso, a referida Lei destacou dados que revelam a falta de condições adequadas para a permanência na rede regular de ensino, incluindo a escassez de atendimento educacional especializado, a necessidade de melhorar a formação de professores e a carência de acessibilidade física.

A legislação, no entanto, é sábia em determinar preferência para essa modalidade de atendimento educacional, ressaltando os casos de excepcionalidade em que as necessidades do educando exigem outras formas de atendimento. As políticas recentes do setor têm indicado três situações possíveis para a organização do atendimento: participação nas classes comuns, de recursos, sala especial e escola especial. Todas as

possibilidades têm por objetivo a oferta de educação de qualidade. (Brasil, 2001).

As Diretrizes do Compromisso Todos pela Educação pelo Decreto nº 6.094/2007, no capítulo I relacionado ao plano de metas, enfatizaram o compromisso de garantir o acesso e a permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais na rede pública de ensino comum. O objetivo era assegurar que as instituições de ensino fossem inclusivas, proporcionando condições semelhantes às oferecidas para todas as outras pessoas da sociedade.

O ano de 2008 foi marcado pela implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). Essa política tinha como objetivo garantir a oferta de uma educação de qualidade, com acessibilidade arquitetônica, métodos pedagógicos flexíveis e condições de permanência para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

As diretrizes da PNEEPEI, promulgada em 2008, ampliaram o acesso à escolarização das PcD no sistema regular de ensino - majoritariamente nas classes comuns -, alteraram a lógica de prestação dos serviços especializados - os quais eram providos, em sua maioria, por estabelecimentos privados - e inseriram o modelo social de deficiência entre os fundamentos da educação especial (Schabbach; Rosa, 2020, p.1328)

De acordo com aquilo que proferiram Schabbach e Rosa (2020), a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva abriu as portas para discussões mais profundas no que diz respeito à inclusão, assim como definiu como sendo “Público alvo da Educação Especial”, estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, além disso elencou as especificidades (Quadro 5) de cada divisão, até então pouco propagadas e não definidas em qualquer outro documento normativo.

Quadro 5 - Especificidades do público-alvo da Educação Especial

Alunos com deficiência	São aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua
-------------------------------	--

	participação plena e efetiva na escola e na sociedade.
Alunos com transtornos globais do desenvolvimento	São aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil.
Alunos com altas habilidades/superdotação	Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros.

Fonte: Brasil (2008), adaptado pela autora.

Diante desse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE)⁵ passou a ser reconhecido como um instrumento essencial para a efetivação da inclusão educacional. Para garantir os direitos dos estudantes matriculados em classes regulares, o Decreto 6.571 foi promulgado como parte da manutenção da PNEEPEI. Em outubro de 2009, a Resolução CNE/CEB nº 4 foi instituída, estabelecendo as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Nessa resolução, o AEE foi definido como meio complementar ou suplementar o processo de aprendizagem do estudante, fornecendo os apoios necessários para que possa participar plenamente e de forma autônoma na sociedade (Brasil, 2009).

Em 2011, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Plano Viver sem Limite), referente ao Decreto nº 7612, foi estabelecido com o objetivo de promover e efetivar um sistema social inclusivo. No Artigo 3º, itens I e II, relacionados à educação, o plano abordou: “ I - garantia de um sistema educacional inclusivo; II - garantia de que os equipamentos públicos de educação sejam

⁵ O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (Brasil, 2008).

acessíveis para as pessoas com deficiência, inclusive por meio de transporte adequado" (Brasil, 2011).

Em 2014, durante a presidência de Dilma Rousseff, a Lei 13.005 foi sancionada, estabelecendo o Plano Nacional de Educação (PNE). Essa lei tinha como objetivo promover pesquisas interdisciplinares para embasar a formulação de políticas públicas direcionadas às necessidades educacionais específicas dos estudantes considerados público-alvo da Educação Especial, que demandam ações de atendimento especializado.

Além disso, o PNE de 2014 declarou como meta a articulação entre as esferas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, com a participação das famílias. A estratégia visava garantir a continuidade do atendimento escolar para jovens e adultos, de modo a assegurar atenção ao longo de toda a vida de forma integral (Brasil, 2014).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (conhecida também como Lei Brasileira de Inclusão - LBI), promulgado em 2015, no seu capítulo IV, trata do direito à educação e traz avanços significativos, como:

- Garantia de acesso do estudante com necessidades educacionais especiais a jogos e atividades recreativas oferecidas no âmbito de ensino, promovendo também a inclusão no contexto escolar.
- A proibição da cobrança de valores adicionais pelas instituições privadas para a disponibilização de recursos e acessibilidade, assegurando que as adaptações necessárias sejam oferecidas sem custos adicionais para os estudantes com deficiência.
- A obrigatoriedade de disponibilização de profissionais de apoio no ambiente escolar, visando fornecer suporte adequado aos estudantes com deficiência, contribuindo para a sua inclusão e participação efetiva na educação.

Em 2019, com a extinção da Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão), foi criada por meio do Decreto nº 9.465, a Secretaria de

Modalidade Especializadas de Educação, que passou a abranger a área de Educação Especial, que se divide em dois tópicos:

1. Diretoria de Acessibilidade, Mobilidade, Inclusão e Apoio a Pessoas com Deficiência: responsável por promover a acessibilidade, mobilidade e inclusão de pessoas com deficiência no contexto educacional, fornecendo apoio e recursos para garantir a participação plena desses estudantes na educação.
2. Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos: encarregada de desenvolver políticas educacionais que atendam às necessidades de estudantes surdos, com foco na educação bilíngue, promovendo o uso da língua de sinais e garantindo a qualidade do ensino para esse público.

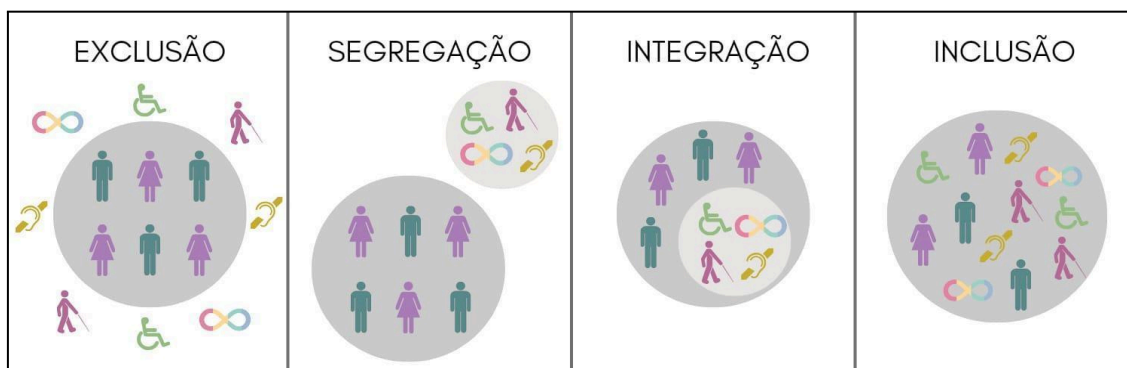
O ano de 2020 foi marcado pela criação da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (Decreto nº 10.502/ 2020), por sua vez, o documento previa a matrícula de crianças e adolescentes em organizações ou classes especializadas, locais onde estudantes com deficiência ficam segregados. Leite, Borelli e Martins (2013) evidenciaram a importância da diversidade no que tange às características de uma escola inclusiva. “No pressuposto da educação inclusiva, a escola deve ser um local acessível, diversificado e individualizado, onde os alunos possam expressar sua individualidade e diferença e serem correspondidos” (Leite, Borelli; Martins, 2013, p. 66).

Em 1º de janeiro de 2023, esse decreto foi revogado, indicando uma mudança na Política Nacional de Educação Especial para promover a inclusão de estudantes com deficiência na rede regular de ensino e evitar a segregação.

4.4 Índice de estudantes público-alvo da Educação Especial na rede regular

Na história, diferentes termos foram utilizados para descrever os locais destinados a indivíduos com deficiência, refletindo diferentes abordagens e práticas sociais.

Figura 4 - Diferenciação entre exclusão, segregação, integração e inclusão



Fonte: Adaptado de Rodrigues; Capellini; Santos (2014).

De acordo com a Figura 4 , esses termos incluem (Secundino; Santos, 2023):

- **Exclusão:** nesse período, as pessoas com deficiência eram mantidas à margem da sociedade, consideradas pecadoras ou como portadoras de alguma anormalidade. Elas não tinham acesso à educação, serviços de saúde ou oportunidades de participação social.
- **Segregação:** durante essa fase, os estudantes com deficiência eram separados das demais e frequentavam escolas ou instituições específicas. O ensino e os serviços prestados eram diferenciados e muitas vezes de qualidade inferior.
- **Integração:** a integração marcou o período em que os estudantes com deficiência começaram a ser inseridos em escolas regulares. No entanto, não havia adaptações ou acessibilidade, tornando difícil a permanência deles na instituição. Frequentavam a mesma escola, mas enfrentavam barreiras para participar plenamente.
- **Inclusão:** introduzida no cenário brasileiro a partir de 1990, promoveu a ideia de que estudantes com ou sem deficiência deveriam compartilhar o mesmo espaço na escola e ter suas necessidades e diferenças respeitadas. Busca não apenas a presença, mas a participação plena e a igualdade de oportunidades para todos, independentemente de suas habilidades ou deficiências.

A evolução de termos e práticas reflete uma mudança na compreensão da

sociedade em relação à inclusão de pessoas com deficiência e no reconhecimento de seu direito à educação e à plena participação na comunidade.

A quantidade de estudantes da Educação Especial tem apresentado um crescimento ao longo das últimas décadas, com aumento significativo na inclusão desses estudantes em classes comuns. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) coleta dados sobre a quantidade do público-alvo da Educação Especial em classes comuns e em classes especiais, dados esses, apresentados na Tabela 1.

Tabela 1- Quantidade de estudantes público alvo da Educação Especial nos últimos dez anos

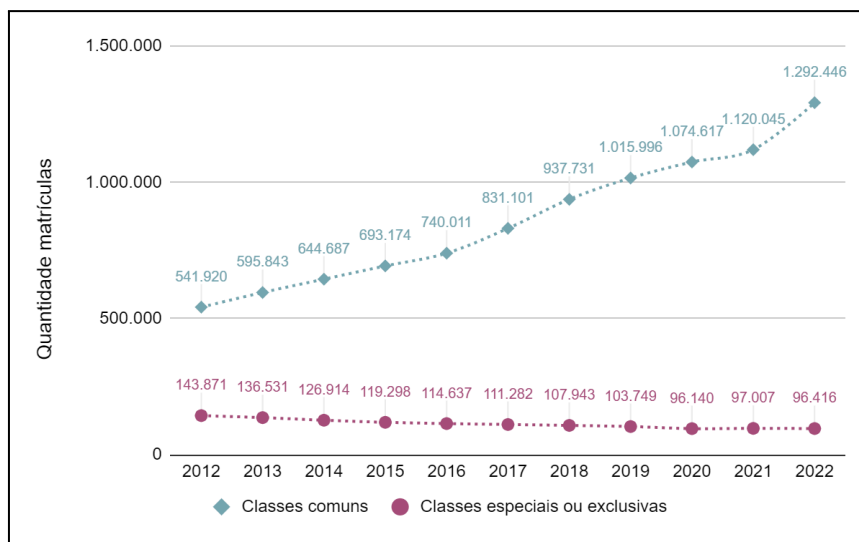
ANO	EDUCAÇÃO INFANTIL		ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO	
	Classes especiais e escolas exclusivas	Classes comuns	Classes especiais e escolas exclusivas	Classes comuns	Classes especiais e escolas exclusivas	Classes comuns
2012	18.652	40.456	124.129	485.965	1.090	42.499
2013	16.977	42.982	118.321	505.505	1.233	47.356
2014	13.878	47.496	111.845	540.628	1.191	56.563
2015	12.157	51.891	105.872	576.795	1.269	64.488
2016	11.012	58.772	102.573	607.232	1.052	74.007
2017	10.531	69.218	99.708	668.652	1.043	93.231
2018	10.140	81.254	96.567	741.426	1.236	115.051
2019	8.850	99.105	93.868	791.893	1.031	124.998
2020	7.742	102.996	87.430	824.076	968	147.545
2021	7.905	106.853	88.064	840.295	1.038	172.897
2022	8.739	174.771	86.582	914.557	1.095	203.138

Fonte: A autora (2023), adaptado de INEP (2022).

A partir da análise dos números apresentados pelo Instituto, é evidente a predominância de estudantes com deficiência na rede regular, os quais, em 2022 representavam cerca de 93% da quantidade total de estudantes público-alvo da Educação Especial (INEP, 2022). Desse modo, a Figura 5 evidencia o avanço na

quantidade de matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/ superdotação, dos últimos 10 anos, ou seja, de 2012 a 2022, em classes comuns e classes especiais de todo ensino básico (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).

Figura 5 - Avanço das matrículas de Educação Especial no ensino básico por local de atendimento- Brasil 2012-2022



Fonte: A autora (2023), adaptado de INEP (2022).

Em suma, a inclusão avança a cada dia, sendo imprescindível o debate da heterogeneidade e do pluralismo do ser humano, a fim de que se consolide não somente nas instituições educacionais, mas em todo coletivo social.

No aperfeiçoamento da vida coletiva, o regime democrático tem sido a opção preferencial nas sociedades contemporâneas. E, nessa direção, as sociedades humanas vêm tornando-se progressivamente inclusivas. Mesmo que algumas coletividades ainda estejam praticando a exclusão de algumas minorias de uma maneira tão inaceitável que mobiliza a opinião pública mundial, um balanço da história das conquistas humanas revela que as sociedades em geral tornaram-se bastante inclusivas. Portanto, a inclusão não é um fenômeno que se manifesta a partir da década de 80 e mais acentuadamente na década de 90, do século passado, como frequentemente se sugere nos textos e discussões da área de Educação Especial, mas está presente desde o momento em que o homem fez opção pela vida coletiva, sem ser naturalmente coletivo, e fez valer a sua liberdade de expressão das necessidades e desejos naturalmente individuais (Omote, 2004, p. 306).

Nota-se, portanto, na citação de Omote (2004) a necessidade de recursos

legais, tendo em vista os avanços proporcionados pelas políticas públicas nas últimas décadas no cenário brasileiro, para que as especificidades da pessoa com deficiência sejam valorizadas e respeitadas. As políticas públicas permitem progressos significativos no caminho da inclusão, ainda que percorra a passos lentos. Perante o exposto, também torna-se necessário a formação de professores que atendam de modo abrangente as diversas demandas da Educação Especial, aspecto este, estudado na Seção 5.

5 O currículo do curso de Pedagogia das Universidade Públicas do Estado de São Paulo

Esta seção teve por objetivo evidenciar a indissolubilidade entre a formação de professores e a garantia da inclusão no âmbito educacional. Assim sendo, a presente pesquisa traçou a história do curso de Pedagogia no território brasileiro e analisou o currículo das universidades públicas do Estado de São Paulo.

O currículo, por sua vez, é um documento de suma importância na garantia de uma formação que contemple a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, nele há aprendizagens que devem ser trabalhadas, além de estar disposto às adaptações, a fim de que possa atender as demandas educacionais.

Segundo Sacristán (2000, p. 46):

O currículo aparece, assim, como o conjunto de objetivos de aprendizagem selecionados que devem dar lugar à criação de experiências apropriadas que tenham efeitos cumulativos avaliáveis, de modo que se possa manter o sistema numa revisão constante, para que nele se operem as oportunas reacomodações (Sacristán, 2000, p.46).

Diante do que foi apresentado, a investigação dos Planos de Ensino levou em consideração os aspectos em comum entre os currículos, suas diferenças, a consonância com a legislação e o que os autores argumentam sobre a temática. Como referencial teórico utilizou-se os artigos selecionados na Seção 3, além de Pedroso (2016), Mazzotta (1993), Saviani (2012) e da Legislação .

5.1 A formação do pedagogo na perspectiva da educação inclusiva

O curso de Pedagogia iniciou-se no território brasileiro em 1939, a princípio foi oferecido como curso de bacharelado, a licenciatura, para ser alcançada era necessário acrescentar aos três anos de bacharel, um ano de didática, constituindo o “esquema 3+1” (Fonseca-Janes; Júnior; Oliveira , 2013).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, o curso passou a ter uma distinta estrutura da anterior, o bacharelado e a licenciatura foram incluídos, simultaneamente, nos quatro anos de curso.

A Reforma Universitária, de 1968, trouxe por meio da Lei 5.540 uma nova prescrição para o curso de Pedagogia. A Resolução CFE nº 2/69, derivada do Parecer nº 252/69, estabeleceu os conteúdos e a duração do curso, Pedroso (2016) destaca que:

O artigo 5º da Resolução CFE nº 2/69, no entanto, abre a possibilidade de se organizarem habilitações específicas no curso de Pedagogia relacionadas à parte comum, à parte diversificada e às outras matérias e atividades pedagógicas incluídas nos planos das Instituições de Ensino Superior (Pedroso, 2016, p. 36).

Diante da possibilidade apresentada pela Resolução CFE nº 2/69, os primeiros passos foram dados na formação de professores na esfera da Educação Especial. Ainda sobre o Parecer nº 252/69, Saviani (2012), diz que o documento traz exemplos de disciplinas, de caráter específico, entre elas, a “educação de excepcionais”. Mediante o Parecer, foi rescindida a diferença entre bacharelado e licenciatura, convertendo o curso a uma única denominação de: Licenciado em Pedagogia (Mazzotta, 1993).

Em 1972, foi criado pela Faculdade Pestalozzi de Ciências, Educação e Tecnologia, na cidade de Franca, inserida no Estado de São Paulo, o curso de formação de docentes excepcionais⁶, de caráter superior, tal habilitação era inerente ao curso de pedagogia (Mazzotta, 1993).

De acordo com Pedroso (2016), apenas em 1977 foi instaurado, em uma Universidade pública do Estado de São Paulo, especificamente na Universidade Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Câmpus de Marília, uma habilitação específica, nomeada como “Habilitação para o Ensino de Retardados Mentais e Deficientes Visuais”.

No que tange às três universidades públicas paulistas, a implantação da área da Educação Especial como habilitação no curso de Pedagogia concretizou-se na UNESP (Campus de Marília), em 1977; na USP, em 1983, com a instalação das habilitações em “Educação de Deficientes Mentais” e “Educação de Deficientes Visuais”, no Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação; e na UNICAMP, em 1988, com a habilitação em “Educação de Deficientes Mentais”, também no curso de Pedagogia (Pedroso, 2016, p. 37-38).

⁶ Área voltada à deficiência intelectual.

Em frente à crescente quantidade de estudantes público-alvo da Educação Especial, o século XXI deu origem a processos legais que pudessem contemplar a formação de professores nessa área.

A PNEEPEI (2008), por sua vez, assinalou como objetivo a orientação dos sistemas de ensino no que diz respeito à:

acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 2008, p.14).

Portanto, a formação de professores qualificados para a oferta do AEE passou a ser considerada de ampla importância na garantia da inclusão. Ainda, consta nas diretrizes de Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva a necessidade na formação inicial e continuada dos professores, o saber para a execução da docência e conhecimentos específicos na esfera da Educação Especial. (Brasil, 2008)

Além disso, de acordo com Rosa e Lima (2022), na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva “[...] são destacados os agentes de implementação que estão em contato direto com os beneficiários: professores comuns do ensino regular, das salas de recursos e dos centros de AEE.”

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (Brasil, 2008, p.16-17).

Dessa forma, a discussão sobre a qualidade da formação de pedagogos torna-se necessário na prática da educação inclusiva. Portanto, a subseção seguinte

investigou os planos de ensino de tópicos ligados à Educação Especial nos cursos de pedagogia das universidades públicas paulistas.

5.2 O currículo das Universidades Públicas Paulistas

Em vista do que foi apresentado, reconhecemos que não há como falar de Educação Inclusiva sem refletir sobre a formação daqueles que acompanham e fazem parte direta do ensino e aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial, ou seja, os professores. Diante dessa perspectiva, Fonseca-Janes e Omote (2013, p.326) afirmam:

Pode-se dizer que, para a prática integral da Educação Inclusiva, os recursos de Educação Especial, inclusive os recursos humanos, representados por professores especializados no ensino de alunos com deficiências, se constituem em elementos indispensáveis.

Em consideração a isso, esta subseção analisou os Planos de Ensino, sendo as ementas, os objetivos e bibliografias deste documento, ou seja, a análise foi pautada naquilo que dizem os currículos do curso de Pedagogia, das Universidades Públicas do Estado de São Paulo (UNESP, UNICAMP, UNIVESP, USP), em relação à Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

A princípio, vale apresentar a Resolução CNE/CP nº 1/2006 relativa às "Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura", como um dos documentos que deliberaram a atual estrutura do curso de Pedagogia. A Resolução aboliu do curso as habilitações até então existentes, tornando o pedagogo polivalente. Portanto, sua prática não se limita à docência, mas se sustenta nela (Deimling, 2013).

Quanto a isso, as diretrizes determinam:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (Brasil, 2006, p.1).

Ainda o documento no Art. 7º enuncia a carga horária mínima para o curso de

Pedagogia, equivalente a 3.200 horas de efetivo exercício acadêmico (Brasil, 2006, p.4). O Quadro 6 apresenta a carga horária total e a carga horária referente às disciplinas relacionadas à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e a porcentagem que elas ocupam dentro dos cursos de licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Paulista.

Quadro 6- Carga horária dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas do Estado de São Paulo

Instituição	Carga horária total do curso de Pedagogia	Carga horária das disciplinas da EEPI	Porcentagem
UNESP- Faculdade de Ciências e Letras-Câmpus de Araraquara	3.510h	120h	3,4%
UNESP- Faculdade de Ciências/ Campus de Bauru	3.270h	120h	3,6%
UNESP- Faculdade de Filosofia e Ciências- Câmpus de Marília	3.360h	120h	3,5%
UNESP- Faculdade de Ciências e Tecnologia- Câmpus de Presidente Prudente	3.495h	120h	3,4%
UNESP- Instituto Biociências- Câmpus de Rio Claro	3.600h	120h	3,3%
UNESP- Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas- Câmpus de São José do Rio Preto	3.315h	120h	3,6%
UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas	3.825h	180h	4,7%
UNIVESP- Universidade Virtual do Estado de São Paulo	3.640h	240h	6,5%
USP- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto	3.440h	60h	1,7%
USP- Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo- FEUSP (São Paulo)	3.240h	210h	6,4%

Fonte: A autora (2023).

Diante do exposto, identificamos que as instituições investigadas excedem a carga horária mínima proposta pelas Diretrizes de 2006, todavia as disciplinas que fazem referência a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva representam em média 4,0% do total de horas, isto é, ocupam um espaço limitado quando comparadas às integralidades dos cursos de Pedagogia.

Ingles *et al.* (2014, p. 474) discorre sobre a formação de professores para a inclusão:

[...] há muitas reflexões e discussões teóricas sobre as políticas de formação docente e educação inclusiva, mas que poucas dessas produções relatam experiências de práticas pedagógicas que promovam a inclusão. Parecem, também, retratar poucas formas de flexibilização do ensino, ou de ajustes curriculares que efetivem de fato, a formação docente com perspectivas reais de inclusão.

A Resolução CNE/CP nº 1/2006, no que diz respeito à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, a temática pertencente à educação de estudantes com necessidades educacionais especiais, é tratada de maneira sucinta em dois artigos: no Art. 5º, inciso X e no Art. 8º, inciso III. O primeiro trata sobre a compreensão e respeito da diversidade dos diversos núcleos sociais, como: “ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras” (Brasil, 2006, p.2). Enquanto o segundo, profere:

III - atividades complementares envolvendo o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da instituição de educação superior decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais, estudos curriculares, de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras, e opcionalmente, a educação de pessoas com necessidades especiais, a educação do campo, a educação indígena, a educação em remanescentes de quilombos, em organizações não-governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas (Brasil, 2006, p.4).

Sobre ambos os artigos, Saviani (2009) analisa que as Diretrizes ofertaram poucos recursos legais que buscassem contemplar a formação de pedagogos aptos para atuarem na Educação Especial, desse modo, expressa:

Vê-se que, nos dois dispositivos, a referência à Educação Especial é claramente secundária. No primeiro caso, a menção não chega a ser à modalidade de ensino, mas apenas a situa no rol das várias situações demonstrativas da consciência da diversidade; no segundo caso, limita-se a uma atividade complementar, de caráter opcional, para efeitos de integralização de estudos (Saviani, 2009, p.153).

Dentre as Universidades estudadas, o curso de Pedagogia da UNESP de Araraquara oferece, ao longo do curso, duas disciplinas voltadas para a Educação Especial, sendo: “Educação Especial” e “Língua Brasileira de Sinais”, ambas com 60 horas, oferecidas no 7º período e no 4º Período do curso, na devida ordem.

A Faculdade de Ciências (UNESP/Bauru), por sua vez, disponibiliza duas disciplinas, uma no 3º Período, denominada como “Educação Especial na Perspectiva Inclusiva”, com carga horária equivalente a 60 horas e outra no 8º Período, nomeada como “Libras, Educação Especial e Inclusiva”, a modalidade de tal disciplina é à distância, a qual possui 40 horas teóricas e 20 horas destinadas à prática, totalizando também 60 horas.

A Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP, Câmpus de Marília) apresenta duas disciplinas obrigatórias, “Fundamentos da Educação Inclusiva” com 75 horas (3º Período) e “Língua Brasileira de Sinais” com 45 horas (6º Período). O que diferencia o Câmpus de Marília dos demais cursos de Pedagogia oferecidos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, é o aprofundamento disponibilizado no último semestre do curso, nas seguintes áreas: Educação Infantil, Educação Especial ou Gestão Educacional. O discente que optar pelo aprofundamento em Educação Especial, obtém acesso a seis conteúdos: “Currículo e as Necessidades Educacionais Especiais” (75 horas); “Desenvolvimento e Aprendizagem: Especificidades das Pessoas com Deficiências” (90 horas); “Comunicação e Sinalização Diferenciadas na Educação Especial” (90 horas); “Recursos e Estratégias Didáticas na Educação Especial” (60 horas); “Sexualidade e Deficiência” (30 horas); e “Linguística Aplicada à Educação Especial” (30 horas).

Assim como a UNESP de Marília, a Faculdade de Ciências e Tecnologia-Campus Presidente Prudente dispõe aos estudantes, duas disciplinas, ambas no 3º Período, referentes à Educação Especial, intituladas: “Fundamentos da Educação Inclusiva” com 75 horas e “Paradigmas Inclusivos e Didática de Libras” contendo 45 horas.

O Instituto de Biociências (UNESP/ Rio Claro) oferece duas disciplinas: “Fundamentos da Educação Inclusiva” com 60 horas , ministrada no 2º Período e “Libras, Educação Especial e Inclusiva (modalidade à distância)” também com 60 horas e fornecida no 8º Período.

O mesmo ocorre com a UNESP - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Campus de São José do Rio Preto), duas disciplinas são ofertadas: “Educação Inclusiva: Fundamentos, Políticas e Práticas” e “Libras, Educação Especial e Inclusiva (modalidade à distância)”, as duas com carga horária correspondente a 60 horas, sendo a primeira realizada no 8º Período e a segunda, no 6º Período.

O currículo pleno do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) conta com uma disciplina no 1º período e outra no 2º período, ambas com 90 horas, sendo “Educação Especial e Inclusão” e “Educação de Surdos e Língua de Sinais”, respectivamente.

A Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), conforme a matriz curricular analisada apresenta três disciplinas à respeito da Educação Especial, sendo: “Educação Especial e Inclusiva”, no sexto período e com 80 horas de duração; a outra se refere ao “Letramento e Libras para professores” ministrada no mesmo período e com a mesma carga horária; por fim, o “Projeto Integrador - Práticas Inclusivas”, cursado no 5º período, similarmente com 80 horas. Os Projetos Integradores são oferecidos semestralmente, sendo que cada semestre é um tema relacionado com as realidades pedagógicas. Nesse contexto a UNIVESP (2023, p. 15) apresenta que “[...] os alunos, divididos em grupos, devem pesquisar e resolver situações-problema relacionadas à realidade e ao cotidiano do campo de conhecimento de seus cursos e disciplinas, durante um semestre”.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (USP) contém em seu currículo duas disciplinas de 30 horas, denominadas: “Fundamentos da Educação Especial” e “Introdução à Língua Brasileira de Sinais”, aplicadas no 6º período e no 4º período, por essa ordem.

O que difere a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) é a oferta de três disciplinas sendo uma delas destinada ao estágio na área da Educação Especial, cujo nome é “Projeto Integrado de Estágio em Docência em

Educação Especial”, tal aprendizado é disponibilizado no 5º período, com carga horária igual a 90 horas. No mesmo período há a disciplina de “Educação Especial: Fundamentos, Políticas e Práticas Escolares” com 60 horas e por fim, no penúltimo semestre do curso, ou seja, no 7º período é disponibilizada a disciplina “Libras - Língua Brasileira de Sinais” (60 horas).

Portanto, todas as Universidades analisadas apresentam, em comum, ao menos uma disciplina correspondente à Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, cumprindo os Artigos 5º e 8º da Resolução CNE/CP nº 1/2006 que prevê uma formação que aviste a diversidade, incluindo estudantes com necessidades educacionais especiais. Verificamos também que as instituições possuem disciplinas referentes à Língua Brasileira de Sinais, de modo obrigatório, atendendo ao Decreto nº 5.626/2005, Capítulo II, Art. 3º, parágrafo 1º, o qual manifesta a exigência nos cursos de graduação responsável pela formação de professores uma disciplina referente ao ensino de Libras.

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério (Brasil, 2005, p. 1).

Evidenciamos que apenas o curso de Pedagogia da UNIVESP (Universidade Virtual do Estado de São Paulo) oferece o “Projeto Integrador” na área da Educação Especial, levando o universitário a reflexões sobre dificuldades experimentadas nessa esfera.

A Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) apresenta “Estágio em docência em Educação Especial”. O momento destinado aos estágios nos cursos de licenciatura tem por objetivo propiciar vivências em diferentes áreas escolares, a fim de que o graduando se desenvolva profissionalmente e saiba lidar com as diferentes circunstâncias.

Em vista desse assunto, Tavares, Santos e Freitas (2016, p. 538), destacaram a necessidade de práticas com estudantes com deficiência, transtornos globais do

desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação no que se refere à promoção de um olhar inclusivo.

Aliado a isso, sugere-se que os cursos ofereçam mais oportunidades de práticas com crianças com deficiência, como estágios em salas inclusivas e vivência com essas pessoas, para que a experiência e a discussão possam inclusive promover uma visão de fato inclusiva.

A disposição curricular do curso de Pedagogia da UNESP de Araraquara, de acordo com o programa de ensino, apresenta dois núcleos de estudo, “Educação Especial”, que engloba componentes relacionados aos conceitos de deficiência, os marcos históricos da Educação Especial no Brasil, a inclusão e “noções sobre etiologia, prevenção e modalidades de recursos educacionais”, outro componente curricular é a disciplina destinada a “Língua Brasileira de Sinais”, que aborda a cultura surda, a função do intérprete, adaptações curriculares e a relação entre a Educação de Surdos e o movimento de inclusão. As ementas das disciplinas foram inseridas no Quadro 7.

Quadro 7- Ementas das disciplinas relacionadas à EEPI do curso de pedagogia- UNESP Araraquara

Universidade	Disciplina	Ementa	Carga Horária	Período
UNESP- Faculdade de Ciências e Letras- Câmpus de Araraquara	Educação Especial	Desvio e estigma: contribuições à conceituação de deficiências. A educação especial na sociedade moderna e no Brasil: marcos históricos e políticas públicas. A Inclusão. Necessidades especiais e necessidades educacionais especiais; noções sobre etiologia, prevenção e modalidades de recursos educacionais.	60h	4º Período
	Língua Brasileira de Sinais	A disciplina aborda a questão da cultura surda, a oficialização da Língua Brasileira de Sinais- Libras e a obrigatoriedade desta nos cursos de Licenciatura. Aspectos e desenvolvimento de temas relacionados à Educação de Surdos e o movimento de Inclusão; a História da Educação de Surdos, noções da relação educador e a acessibilidade: postura, intervenção, avaliação; Estratégias e recursos que envolvem o processo ensino-aprendizagem de surdos, as	60h	7º Período

		características da Aquisição de LIBRAS e da Língua Portuguesa para os Surdos; LIBRAS aspectos linguísticos e vocabulário básico; Adaptações curriculares para os Surdos e o Intérprete e sua função.		
--	--	--	--	--

Fonte: Adaptado de Planos de Ensino (2017).

Na Faculdade de Ciências (Campus de Bauru), o curso de Pedagogia tem dois tópicos destinados à Educação Especial, os quais estão apresentados no Quadro 8, sendo: “Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, que trata do conhecimentos destinados ao Atendimento Educacional Especializado a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, aspectos necessários para a construção de costumes escolares inclusivos e reorganização do trabalho pedagógico em prol da diversidade; e “Libras, Educação Especial e Inclusiva (Modalidade à Distância)”, que também estuda os fundamentos da Educação Especial e Inclusiva, tecnologia assistiva e “Prática de Libras e desenvolvimento da expressão visual.”

Quadro 8- Ementas das disciplinas relacionadas à EEPI do curso de pedagogia- UNESP Bauru

Universidade	Disciplina	Ementa	Carga Horária	Período
UNESP- Faculdade de Ciências- Câmpus de Bauru	Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	A Educação Especial enquanto área de conhecimento para o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Fundamentos da construção de uma cultura escolar inclusiva. Reorganização do trabalho pedagógico para atender a diversidade humana por meio de um currículo flexível que prevê adequações curriculares tanto de recursos, quanto de metodologia.	60h	3º Período
	Libras, Educação Especial e Inclusiva (Modalidade	Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Acessibilidade e Tecnologia Assistiva. Análise e conhecimento da Língua Brasileira de	60h	8º Período

	a Distância)	Sinais (Libras). Características da aprendizagem da Pessoa Surda. Análise e compreensão das mudanças necessárias no ambiente educacional para favorecer a Inclusão Escolar. Prática de Libras e desenvolvimento da expressão visual.		
--	--------------	--	--	--

Fonte: Adaptado de Planos de Ensino (2021/ 2023).

A UNESP - Faculdade de Filosofia e Ciências (Câmpus de Marília) conta com oito disciplinas no Plano Político Pedagógico, sendo duas obrigatórias e as outras seis oferecidas de maneira optativa no último semestre do curso, dispostas ao aprofundamento em uma área educacional, cujas especificidades encontram-se no Quadro 9. As disciplinas obrigatórias são: “Fundamentos da Educação Inclusiva” e “Língua Brasileira de Sinais”. A primeira busca a reflexão acerca dos fundamentos históricos, filosóficos, políticos e legais para a construção da Educação Inclusiva no Brasil, além da compreensão dos sistemas educacionais inclusivos que favoreçam a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. A segunda tem como função discutir a formação de professores e as características que proporcionam o fortalecimento de projetos educacionais bilíngues para surdos no país. Quanto as outras seis disciplinas, são:

1. Currículo e as Necessidades Educacionais Especiais: estuda sobre a importância do currículo na efetivação da proposta da Educação Inclusiva, o Desenho Universal da Aprendizagem e a realização de mecanismos de ensino que contribuem para a aprendizagem de todos os estudantes.
2. Desenvolvimento e Aprendizagem: Especificidades das Pessoas com Deficiência: aborda as divisões das deficiências, suas especificidades e “implicações práticas”, além dos aspectos psicossociais de pessoas com diferentes deficiências.
3. Comunicação e Sinalização Diferenciadas na Educação Especial: analisa e discute a esfera da comunicação alternativa e formas de sinalização diferenciadas (Braille e Libras). Também discorre sobre a identidade surda, os equipamentos utilizados para a escrita em Braille e a leitura tátil.
4. Recursos e Estratégias Didáticas na Educação Especial: prevê a identificação

- e a construção de estratégias e recursos com base em casos concretos experienciados pelos estudantes em suas práticas docentes.
5. Sexualidade e Deficiência: examina as adversidades encontradas no exercício da sexualidade pelas pessoas público-alvo da Educação Especial e a visão baseada no senso-comum e pelo preconceito de pais, professores, familiares e outros profissionais.
 6. Linguística Aplicada à Educação Especial: expõe conceitos fundamentais da Linguística Aplicada e do “processo de aquisição da leitura, escrita e comunicação oral do público-alvo da educação especial.”

Quadro 9- Ementas das disciplinas relacionadas à EEPI do curso de pedagogia- UNESP Marília

Universidade	Disciplina	Ementa	Carga Horária	Período
UNESP- Faculdade de Filosofia e Ciências- Câmpus de Marília	Fundamentos da Educação Inclusiva	Estudo sobre os fundamentos filosóficos, históricos, políticos e legais que embasam a proposta da educação inclusiva no Brasil. Pressupostos teóricos e conceituais que subsidiam a compreensão do paradigma inclusivo e a organização dos sistemas educacionais inclusivos de forma que favoreçam a aprendizagem de todos os alunos, inclusive dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, ou seja, o público-alvo do Atendimento Educacional Especial (AEE).	75h	3º Período
	Língua Brasileira de Sinais	A disciplina promoverá o uso e a difusão da Língua de Sinais Brasileira na formação de professores com vistas discutir aspectos sobre consolidação de propostas educacionais bilíngues para surdos no Brasil.	45h	6º Período
	Currículo e as Necessidades Educacionais Especiais	A disciplina propõe-se a realizar um estudo sobre currículos, apontando a importância do mesmo para a implementação da proposta de educação inclusiva. Trata dos pressupostos teóricos que embasam a ideia de Desenho Universal para a Aprendizagem. Analisa e propõe a elaboração de procedimentos de ensino que favorecem a aprendizagem de todos os alunos, com ênfase no público-alvo da educação especial.	75h	8º Período

	Desenvolvimento e Aprendizagem : Especificidades das Pessoas com Deficiência	A disciplina aborda os aspectos fundamentais do desenvolvimento e as relações com o processo de aprendizagem. As categorias de deficiências. Conceituação de deficiência e suas implicações práticas. As necessidades educacionais especiais associadas a deficiências. Características psicossociais de indivíduos com diferentes deficiências. Avaliação das características de indivíduos com deficiências. Avaliação de necessidades educacionais especiais.	90h	8º Período
	Comunicação e Sinalização Diferenciadas na Educação Especial	Análise e discussão dos conceitos da área de comunicação alternativa e/ou complementar e formas de sinalização diferenciadas (Braille e Libras). Tratará, também, da utilização destes recursos no processo de ensino de alunos com deficiência. Estudo de aspectos teóricos que se relacionam com a língua brasileira de sinais. A Libras e a formação da identidade do surdo na sociedade inclusiva. Políticas atuais na legalização da Libras. O papel do uso da Libras na apropriação da L2 em contextos educacionais. E, ainda, considerará o Sistema Braille como principal recurso de leitura e escrita do aluno cego, assim os conteúdos estarão fundamentados: na apresentação e histórico do Sistema Braille; em estudos referentes às implicações perceptuais de sua leitura tátil; no reconhecimento dos sinais matemáticos em Braille, e, na utilização dos materiais e equipamentos específicos para a escrita em Braille.	90h	8º Período
	Recursos e Estratégias Didáticas na Educação Especial	Identificação e construção de recursos e estratégias de ensino inclusivas a partir de situações concretas vivenciadas pelos alunos nas suas atividades docentes. A escola e o projeto político pedagógico no movimento de uma escola inclusiva como foco de análise.	60h	8º Período
	Sexualidade e Deficiência	A disciplina investiga as dificuldades encontradas para o exercício da sexualidade por pessoas público alvo do Atendimento Educacional Especializado-AEE. As dificuldades em estudo e discussão têm por base a construção das representações acerca destas pessoas por meio da história ocidental. Investiga como pais, professores e outros profissionais, que	30h	8º Período

		atuam diante desta população, interpretam suas manifestações no terreno da sexualidade e as dificuldades e influência de mitos, preconceitos e credências. Investiga e discute como pessoas com deficiência relatam suas experiências, desejos e frustrações do terreno afetivo-sexual e aspectos do desenvolvimento de suas sexualidades.		
	Linguística Aplicada à Educação Especial	A disciplina visa fornecer aos alunos, conceitos básicos da Linguística Aplicada que fundamentam o processo de aquisição da leitura, escrita e comunicação oral do público alvo da educação especial.	30h	8º Período

Fonte: Adaptado de Planos de Ensino (2023)

Na Faculdade de Ciências e Tecnologia - Câmpus Presidente Prudente (UNESP) a Educação Especial é tratada em dois tópicos (Quadro 10), um deles denominado como “Fundamentos da Educação Inclusiva” que além de trazer os aspectos conceituais e legais, em contrapartida com as outras universidades até aqui apresentadas, apresenta como crianças alvo da inclusão aquelas em “situações de exclusão social, discriminação por racismo e homofobia”. A ementa da disciplina “Paradigmas Inclusivos e didática de Libras”, oferecida de forma assíncrona, é equivalente ao da disciplina de Libras oferecida pelo curso de Pedagogia da UNESP de Bauru.

Quadro 10- Ementas das disciplinas relacionadas à EEPI do curso de pedagogia- UNESP Presidente Prudente

Universidade	Disciplina	Ementa	Carga Horária	Período
UNESP- Faculdade de Ciências e Tecnologia- Câmpus Presidente Prudente	Fundamentos da Educação Inclusiva	Desenvolvimento em situação de risco, indicadores de proteção e resiliência. Psicologia Social: Estigma, preconceito e estereótipos. Aspectos conceituais e legais das políticas da educação inclusiva, inclusão escolar e educação especial nas escolas comuns. Crianças alvo da educação inclusiva: situações de exclusão social, discriminação por racismo e homofobia. crianças alvo	75h	3º Período

		da educação especial nas escolas comuns: as deficiências, transtornos globais do desenvolvimento (TGDs)/ Transtornos do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades e superdotação.		
	Paradigmas Inclusivos e didática de Libras	Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Acessibilidade e Tecnologia Assistiva. Análise e conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Características da aprendizagem da Pessoa Surda. Análise e compreensão das mudanças necessárias no ambiente educacional para favorecer a Inclusão Escolar. Prática de Libras e desenvolvimento da expressão visual.	45h	3º Período

Fonte: Adaptado de Planos de Ensino (2019).

O Instituto Biociências da UNESP (Campus de Rio Claro), visa estudar, por meio da disciplina “Fundamentos da Educação Inclusiva”, os itens necessários para o ensino e aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais específicas para que assim, a inclusão ocorra na escola, nos hospitais, Centros de Habilitações e instituições prometidas ao atendimento desse grupo social. Além disso, presume a aquisição de conhecimentos a respeito da diversidade, das seguintes naturezas: étnico-racial, gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiosas, necessidades especiais, diversidade sexual, entre outras.

O estudo referente à “Libras, Educação Especial e Inclusiva (Modalidade à distância)” possui a mesma ementa dos cursos de Pedagogia da Faculdade de Ciências (Bauru) e da Faculdade de Ciências e Tecnologia (Presidente Prudente). As disciplinas foram apresentadas no Quadro 11.

Quadro 11- Ementas das disciplinas relacionadas à EEPI do curso de pedagogia- UNESP Rio Claro

Universidade	Disciplina	Ementa	Carga Horária	Período
--------------	------------	--------	---------------	---------

UNESP- Instituto Biociências- Câmpus de Rio Claro	Fundamentos da Educação Inclusiva	Analisará, discutirá e estudará os fatores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem do aluno com necessidades especiais, visando instrumentalizar o aluno na elaboração de propostas pedagógicas pertinente, para que o processo de inclusão/integração possa acontecer na comunidade escolar, nos hospitais, nos Centros de Habilitações, Instituições que atendem pessoas com necessidades especiais. A disciplina também problematizará, estudará e analisará a consciência da diversidade, respeitando as diferenças das diversas naturezas: étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras.	60h	2º Período
	Libras, Educação Especial e Inclusiva (Modalidade a distância)	Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Acessibilidade e Tecnologia Assistiva. Análise e conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Características da aprendizagem da Pessoa Surda. Análise e compreensão das mudanças necessárias no ambiente educacional para favorecer a Inclusão Escolar. Prática de Libras e desenvolvimento da expressão visual.	60h	8º Período

Fonte: Adaptado de Planos de Ensino (2023).

O mesmo ocorre em relação a disciplina de Libras do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - Câmpus de São José do Rio Preto (UNESP), além disso o curso de Pedagogia dessa universidade, como evidenciou o Quadro 12, conta com a disciplina “Educação Inclusiva: Fundamentos, Políticas e Práticas”, cujo intuito está pautado na discussão crítica a partir do que dizem as políticas, os fundamentos, o histórico e as práticas da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

Quadro 12- Ementas das disciplinas relacionadas à EEPI do curso de pedagogia- UNESP São José do Rio Preto

Universidade	Disciplina	Ementa	Carga	Período
--------------	------------	--------	-------	---------

			Horária	
UNESP- Instituto de Biotecnologia, Letras e Ciências Exatas- Câmpus de São José do Rio Preto	Educação Inclusiva: Fundamentos, Políticas e Práticas	Discutir numa perspectiva crítica e histórica os fundamentos, as políticas, a ética e as práticas da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.	60h	8º Período
	Libras, Educação Especial e Inclusiva (Modalidade a distância)	Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Acessibilidade e Tecnologia Assistiva. Análise e conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Características da aprendizagem da Pessoa Surda. Análise e compreensão das mudanças necessárias no ambiente educacional para favorecer a Inclusão Escolar. Prática de Libras e desenvolvimento da expressão visual.	60h	6º Período

Fonte: Adaptado de Planos de Ensino (2022).

A UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) contém o componente curricular destinado à “Educação Especial e Inclusão” que analisa o histórico e a garantia do direito à educação em todo ensino básico, assim como no ensino superior e a concepção social sobre normalidade e anormalidade. A “Educação de Surdos e Língua de Sinais” trabalha com conhecimentos teóricos e práticos referentes a Libras, sendo “elemento constitutivo do conhecimento do aluno sobre a surdez.” A disposição das disciplinas encontra-se no Quadro 13.

Quadro 13- Ementas das disciplinas relacionadas à EEPI do curso de pedagogia- UNICAMP

Universidade	Disciplina	Ementa	Carga Horária	Período
UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas	Educação Especial e Inclusão	O acesso ao conhecimento e aos ambientes sociais e escolares de alunos com deficiência e altas habilidades, diante da responsabilidade de se garantir o direito à educação, como prescrição constitucional, no ensino básico e superior. A produção social da normalidade e da anormalidade. A constituição da educação especial e as propostas de escolarização das	90h	1º Período

		peças com deficiência, em diferentes momentos históricos.		
	Educação de Surdos e Língua de Sinais	Conhecimentos teórico-práticos introdutórios de Libras, assumindo-a como elemento constitutivo do conhecimento do aluno sobre a surdez. Estudo sobre os parâmetros que caracterizam a Libras como língua; relação língua e constituição do sujeito humano; história da educação e as organizações dos movimentos políticos dos surdos; comunidades surdas e suas produções culturais; abordagens pedagógicas no ensino da pessoa surda; projetos de educação bilíngue.	90h	2º Período

Fonte: Adaptado de Planos de Ensino (2023).

Na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP) a disciplina voltada para a “Educação Especial e Inclusiva” aborda os fundamentos históricos e políticos, o AEE, o Ensino Colaborativo, acessibilidade e, tecnologia assistiva. Ainda estuda as dificuldades de aprendizagem e práticas pedagógicas em favor da diversidade. O componente curricular “Letramento e Libras para professores” exercita a prática de Libras por meio de vocábulos utilizados cotidianamente, como alfabeto, números, dias da semana, cores, família, entre outros; e privilegia o estudo da legislação que certifica a educação da Pessoa Surda. As especificações do Projeto Integrador, por sua vez, já foram citadas no decorrer da presente seção. Os detalhes das ementas das disciplinas foram inseridos no Quadro 14.

Quadro 14- Ementas das disciplinas relacionadas à EEPI do curso de pedagogia- UNIVESP

Universidade	Disciplina	Ementa	Carga Horária	Período
UNIVESP- Universidade Virtual do estado de São Paulo	Educação Especial e Inclusiva	Educação Especial e Inclusiva: fundamentos históricos, políticos e pedagógicos. Atendimento Educacional Especializado, Ensino Colaborativo e Acessibilidade e Tecnologia Assistiva; Dificuldades de Aprendizagem; Práticas pedagógicas e a construção/ adaptação de	80h	4º Período

		conteúdo a diversidade da sala de aula.		
	Letramento e Libras para professores	Refletir sobre os discursos que constituem a educação de surdos; Promover uma visão de educação voltada para o campo das possibilidades de ensino e de aprendizagem; Histórico e conceituação da pessoa surda; Conhecimento sobre a legislação que assegura a educação da Pessoa Surda; Introdução à estrutura linguística da Libras; Oralismo/ Bilinguismo/ Comunicação Total; Prática de Libras (Alfabeto manual ou dactilológico, Sinal, Números, Datas, Dias da Semana, Pessoas, Cores, Matérias Escolares, Natureza, Adjetivos, Alimentação, família, entre outros..	80h	4º Período
	Projeto Integrador - Práticas inclusivas	Projeto integrador com o tema “Práticas inclusivas: a diversidade na escola”. Durante a construção e aplicação desta atividade, espera-se que sejam contemplados os seguintes temas: educação especial e inclusiva, público-alvo da educação especial, dificuldades de aprendizagem e atividade educacional.	80h	5º Período

Fonte: Adaptado de Planos de Ensino (2023).

O curso de Pedagogia da “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto” (USP) oferece duas disciplinas, presentes no Quadro 15, sendo: Fundamentos da Educação Especial, que trabalha as políticas públicas nacionais e internacionais que norteiam a Educação Especial no Brasil e, propõe recursos e métodos avaliativos para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; e “Introdução à Língua Brasileira de Sinais”, que analisa o uso da Libras na educação de indivíduos surdos e suas características discursivas.

Quadro 15- Ementas das disciplinas relacionadas à EEPI do curso de pedagogia- USP Ribeirão Preto

Universidade	Disciplina	Ementa	Carga Horária	Período
USP- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto	Fundamentos da Educação Especial	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aspectos sociopolíticos e ideológicos da história da Educação Especial; 2. Políticas públicas e legislações nacionais e documentos internacionais que orientam a educação especial no Brasil; 3. Propostas pedagógicas, recursos, currículo e processos avaliativos de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação. 	30h	4º Período
	Introdução à Língua Brasileira de Sinais	<ol style="list-style-type: none"> 1. História da educação dos surdos e as atuais políticas linguísticas, educacionais e de saúde voltadas ao sujeito surdo; 2. Educação bilíngue de surdos e educação inclusiva; 3. O uso da língua brasileira de sinais na educação de sujeitos surdos; 4. Língua brasileira de sinais: aspectos discursivos; 5. Aprendizagem da língua brasileira de sinais. 	30h	6º Período

Fonte: Adaptado de Planos de Ensino (2023).

A USP - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) desfruta de três disciplinas, a “Educação Especial - Fundamentos, Políticas e Práticas Escolares” que dispõe sobre a atuação do professor especializado em diferentes maneiras de prover o AEE e sobre as dificuldades encontradas na formação de professores para a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, a disciplina “Libras - Língua Brasileira de Sinais” reflete no que se refere a notoriedade histórica e política da educação de surdos, além de oferecer, em nível básico, o ensino de Libras. O componente curricular alusivo ao “Projeto Integrado de Estágio em Docência em Educação Especial” tem por finalidade a observação dos diferentes espaços que atendem ao público-alvo da Educação Especial e seus elementos, como comunidade escolar, os orientadores, documentos e entorno; e a construção

de evidências que comprovem a efetivação do direito à educação dos estudantes com necessidades educacionais específicas. O Quadro 16 refere-se às especificidades dessas disciplinas.

Quadro 16- Ementas das disciplinas relacionadas à EEPI do curso de pedagogia- USP São Paulo

Universidade	Disciplina	Ementa	Carga Horária	Período
USP- Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo- FEUSP (São Paulo)	Educação Especial- Fundamentos, Políticas e Práticas Escolares	<ol style="list-style-type: none"> 1. Princípios, conceitos e concepções que compõem o campo da educação especial. 2. Políticas educacionais, legislação, recomendações e declarações internacionais que disciplinam e orientam a educação especial brasileira. 3. Programas e ações de sistemas de ensino brasileiro para o atendimento educacional especializado. 4. Práticas pedagógicas e atuação do professor especializado em diferentes serviços e formas de prover atendimento educacional especializado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação. 5. Educação especial, educação inclusiva e implicações na formação de professores. 	60h	5º Período
	Projeto Integrado de Estágio em Docência em Educação Especial	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elementos para identificação dos diferentes espaços educacionais e serviços educativos que atendam ao público-alvo da educação especial; 2. Referências para o mapeamento dos diferentes espaços educacionais e serviços educativos que atendam ao público-alvo da educação especial, a fim de conhecer seu entorno, a 	90h	5º Período

		<p>comunidade escolar, os documentos orientadores;</p> <p>3. Construção de indicadores referentes à efetivação do direito à educação por parte do público-alvo da educação especial em diferentes espaços educacionais;</p> <p>4. Estabelecer projeto de estágio;</p> <p>5. Orientação e acompanhamento do desenvolvimento dos projetos.</p> <p>6. Elaboração de relatório e devolutiva sobre o estágio para a unidade em que foi realizado.</p>		
	Libras- Língua Brasileira de Sinais	<p>Concepção, estudo e reflexão a respeito da importância histórica e política da educação dos surdos; Língua, identidade, cultura surda; Conceitos, classificação e etiologia sobre a surdez e deficiência auditiva; Aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais Libras; Ensino de Libras em nível básico.</p>	60h	7º Período

Fonte: Adaptado de Planos de Ensino (2023).

Tavares, Santos e Freitas (2016, p. 538) evidenciaram a necessidade de outras disciplinas trabalharem em seus Planos de Ensino textos e questões que possam abordar a Educação Especial.

Então, o que se propõe é que os currículos de formação docente contenham, não apenas disciplinas específicas à temática da inclusão, mas também que esta seja abordada de forma transversal em várias outras disciplinas dos cursos de formação. Acredita-se que assim, a inclusão não mais será vista de forma fragmentada e ainda poderá se tornar assunto cada vez mais natural em discussões, em cursos de graduação.

Nesse viés o Quadro 17 apresenta bibliografias de disciplinas que tratam em algum momento sobre a EEPI, a investigação para a composição do quadro evidenciou um baixo índice de referenciais que abordam a Educação Especial em outros momentos da graduação.

Quadro 17- Referências de diversas disciplinas do curso de Pedagogia tendo como base a Educação Especial

Referências	Disciplina	Instituição ⁷
ARANTES, V. A. (Org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos . São Paulo: Summus, 2006.	Política e Organização da Educação Básica II- Poeb II	USP-Faculdade de Educação
CARDOSO, Beatriz A.A. e CUNHA, Eliana. Preconceitos a serem demolidos superando a patologização das Diferenças: os comprometimentos fisiológicos impedem a produção das culturas infantis? IN Territórios da infância –linguagens, tempos e relações para uma pedagogia para as crianças pequenas . Araraquara: Junqueira e Marin, 2007, p.85-97.(4)	Pedagogia da Educação Infantil	UNICAMP
CARVALHO, R. E. Educação Inclusiva com os pingos nos is . Porto Alegre: Mediação, 2004. WEISS, M. L. L. Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem . Lamparina, 2008.	Dificuldades de Aprendizagem	UNESP- Câmpus de Bauru
GÓES, M. C. R. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural . In: OLIVEIRA, M. K.; SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. R. (orgs.). Psicologia, Educação e as temáticas da vida contemporânea . São Paulo: Moderna, 2002.	Psicologia da Educação I (Teorias Psicogenéticas e Temáticas Educacionais Contemporâneas)	USP-Faculdade de Educação
LOURO, Viviane dos Santos, ALONSO, Luís Garcia, ANDRADE, Alex Ferreira de Andrade. Educação Musical e deficiência: propostas pedagógicas . São José do Campos, SP: E. do Autor, 2006.	Arte e Música na Educação: Fundamentos e Práticas	USP-Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
SKLIAR, Carlos. Seis perguntas sobre a questão da inclusão ou de como acabar de uma vez por todas com as velhas – e novas – fronteiras em educação . Revista Pró-posições, v. 12, n. 2-3, jul.- nov. 2001.	Filosofia da Educação III	UNESP- Câmpus de Presidente Prudente

Fonte: A autora (2023), adaptado de Planos de Ensino.

Em virtude do que foi apresentado, apesar dos progressos que diz respeito à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, no que tange a formação de pedagogos, a temática deve ocupar um espaço mais amplo, a fim de contribuir para a efetivação da inclusão, qualidade da educação e satisfação profissional aos

⁷ Não tivemos acesso aos Planos de Ensino das seguintes universidades: UNESP- Câmpus de Marília e UNESP- Câmpus de Rio Claro.

professores. Cabe ressaltar que a garantia de uma educação inclusiva é responsabilidade de todo corpo educacional, bem como da família, do Estado, como consta na Constituição Federal, e de outros profissionais que atuam na área, como: fisioterapeutas, psicólogos, fonoaudiólogos, entre outros.

6 Considerações finais

A formação inicial de pedagogos em vista da diversidade, é imprescindível na reflexão acerca da promoção da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, já que o profissional estará diretamente envolvido no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados, uma vez que os currículos do curso de Pedagogia das Universidades Públicas do Estado de São Paulo foram analisados, bem como investigamos o histórico da Educação Especial e Inclusiva no Brasil e identificamos os mecanismos utilizados na formação de professores na garantia da inclusão. Com isso foi possível constatar que a inclusão de estudantes na rede regular de ensino caminha ao lado da formação de professores.

A análise mostrou que apesar dos avanços na temática estudada, ainda no que diz respeito a qualificação de professores para atuação na área da Educação Especial, as Universidades necessitam buscar melhores propostas curriculares para contemplar essa esfera, já que os componentes curriculares relacionados a EEPI representam em média 4,0% da carga horária total dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas do Estado de São Paulo.

Todavia, não cabe apostar todas as expectativas no curso de formação inicial, porque torna-se inatingível trabalhar todas as particularidades do pedagogo de modo integral nos quatro anos do curso, em média. Portanto a discussão sobre a formação continuada faz-se imprescindível.

Dessa forma, a presente pesquisa instiga a reflexão sobre como a inclusão envolve a maioria dos âmbitos da sociedade e que será alcançada no meio educacional quando os profissionais da área também tiverem uma formação baseada na diversidade, formação esta que não contemple apenas pessoas com deficiência, mas também aquelas que se encontram em vulnerabilidade no círculo escolar e social, seja por questões étnico-raciais, de classes sociais, de gênero, entre outros, uma vez que é nisso que se baseia a denominação “inclusão”.

Em vista do que foi apresentado, recomenda-se que atualizações frente à temática ocorram de modo contínuo relacionando-se às políticas públicas que

contemplam a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e a formação de professores que atendem essa área.

Em síntese, observamos que no passado as pessoas com deficiência lutaram fortemente para que hoje, o diálogo e a prática da inclusão na sociedade fossem possíveis. Todavia, para que a inclusão ocorra de maneira efetiva, são necessários maiores avanços na área, avanços estes que já vêm sendo conquistados por meio da mídia, das políticas públicas e conscientização da sociedade, permitindo a esperança de um futuro melhor.

Assim, como pesquisa futura pretende-se analisar os currículos dos cursos de especialização ofertados para professores pelas Universidades Públicas no Estado de São Paulo que se associam com a Educação Especial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. **Decreto 9.465, 02 de janeiro de 2019**. Aprova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do 36 Poder Executivo – FCPE. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2019. Disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9465.htm. Acesso em: 09 set. 2023.

BRASIL. **Decreto 6.094, 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF, Diário oficial da União, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL. **Decreto 10.502, 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, DF: Diário oficial da União, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. **Decreto 5.626, 22 de Dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Diário oficial da União, 2005. 07. set. 2023.

BRASIL. **Decreto 3.298, 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário oficial da União, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. **Lei 10.172, 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Diário oficial da União, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. **Lei 13.005, 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário oficial da União, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 08 set.2023.

BRASIL. **Lei 7.853, 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília,DF: Diário Oficial da União, 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. **Lei 8.069, 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL. **Lei 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário oficial da União, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL. **Lei 13.146, 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário oficial da União, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 09 set. 2023.

BRASIL. **Lei 7.612, 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Brasília, DF: Diário oficial da União, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm. Acesso em: 08 set. 2023

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria ministerial n. 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela portaria n. 948, de 9 de outubro de 2007. Brasília, DF: 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.. Brasília, 2006. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rcp0106.pdf?query=LICENCIATURA. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Ação Social. **Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Declaração de Salamanca e linha de ação – sobre necessidades educativas especiais. Brasília, 1994. 07 set. 2023.

BRASIL, M. da E. (2008). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília - Rio de Janeiro: Secretaria de Educação Especial/MEC.

CAVALCANTE, L.T.C.; OLIVEIRA, A. A. Souto de. **Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos**. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682020000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 out. 2023.

DEIMLING, N. N. M. **A Educação Especial nos cursos de Pedagogia: considerações sobre a formação de professores**. *Educação Unisinos*, v. 17, n. 3, 2013.

FONSECA- JANES, C. R. X.; JÚNIOR, C. A. da Silva; OLIVEIRA, A. A. S. **Pedagogia, educação especial e educação inclusiva na UNESP: história e trajetória**. *Revista Brasileira de Educação*, Marília, v. 18, n. 55, p. 985 – 1009, dezembro, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/BNtQ86GcVvhYChp4VSYbbXs/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

FONSECA- JANES, C. R. X.; OMOTE, S. **Os cursos de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista e a Educação Inclusiva**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 19, n. 3, p. 325 – 342, setembro, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/4tw3NFBpNy6yzNXL6z35BSF/?lang=pt#>. Acesso em: 27 ago. 2023.

GALVÃO, T. F.; TIGUMAN, G. M. B.; SARKIS-ONOFRE, R. **A declaração PRISMA 2020 em português: recomendações atualizadas para o relato de revisões sistemáticas**. *Epidemiologia e serviços de saúde: Revista do Sistema Único de Saúde do Brasil*, v. 31, n. 2, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021. 248 p.

INGLES, M. A. *et al.* **Revisão sistemática acerca das políticas de educação inclusiva para a formação de professores**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 20, n. 3, p. 461 – 478,

setembro, 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/rpjjNBjNCGs9XgDndrvKczk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 ago. 2023.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443 p. : il. 28X24 cm.

LEITE, L. P.; BORELLI, L. M.; MARTINS, E. S. de Oliveira. **Currículo e deficiência: análise de publicações brasileiras no cenário da educação inclusiva**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 63 – 92, março, 2013. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edur/a/xFJ4VcJv9M869tFKFJRzqXx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2023.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine. **Metodologia da pesquisa em educação: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas**. São Paulo: Edições 70, 2021. 470 p.

MAZZOTTA, M. J. S. **Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial**. São Paulo: EPU, 1993.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33, p. 387–405, 2006.

MOHER, David *et al.* **Preferred reporting items for systematic review and metaanalysis protocols (PRISMA-P) 2015 statement**. *Systematic reviews*, v. 4, n. 1, 2015.

OMOTE, Sadao. **Estigma no Tempo da Inclusão**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 10, n. 3, p. 287-308, 21 dez. 2004.

PAGE, M. J. *et al.* **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. 2020**. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/372/bmj.n71>. Acesso em: 15 ago. 2023.

PEDROSO, C. C. A.; FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - CAMPUS DE MARÍLIA. **Os cursos de pedagogia do Estado de São Paulo e a formação do professor na perspectiva da Educação Inclusiva O que indicam as matrizes curriculares**. Em: *Educação inclusiva: em foco a formação de professores*. [s.l.] Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016. p. 33–58.

PEREIRA, C. A. R.; GUIMARÃES, S. A. **Educação Especial Na Formação De Professores: Um Estudo sobre Cursos de Licenciatura em Pedagogia**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 23, n. 4, p. 571 – 586, dezembro, 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/CXq9DC4TmRGWkHG6wdxHbtg/?lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2023.

ROSA, J. G. L. DA; LIMA, L. L. **Muda o governo, mudam as políticas? O caso da política nacional de educação especial**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 27, 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5nfd85TJZydqDPJVQDMM5Tk/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

ROSA, N. **Conheça o PRISMA: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas**. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/prisma/>. Acesso em: 21 out. 2023.

RODRIGUES, M. P. **Evolução das matrículas de educação especial na educação infantil, fundamental e médio entre os anos de 2009 a 2020 no Brasil**. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 1, p. e23811124794, 2022.

RODRIGUES, O. M. P. R.; CAPELLINI, V. L. M. F.; SANTOS, D. A. N. **Fundamentos históricos e conceituais da Educação Especial e inclusiva: reflexões para o cotidiano escolar e contexto da diversidade**. Março, 2014. Disponível em: <http://get.adobe.com/br/reader/>. Acesso em: 28 set. 2023.

SALLORENZO, J. L. **Censo e a educação especial: inclusão ocorre em quantidade. E em qualidade?** Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/alunos-de-educacao-especial-inclusao-ocorre-em-quantidade-e-em-qualidade/>. Acesso em: 15 set. 2023.

SCHABBACH, L. M.; ROSA, J. G. Lima da; **Segregar ou incluir? Coalizões de defesa, ideias e mudanças na educação especial do Brasil**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 55, n. 6, p. 1312 – 1332, dezembro, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/mdmYgrSckvPRnskGYQftPRw/>. Acesso em 29 ago. 2023.

SACRISTÁN, J. Gimeno e GÓMEZ, A. I. Perez. **O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática? Compreender e Transformar o Ensino**. Porto Alegre, Armed, 2000.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 40, p. 143–155, 2009.

SECUNDINO, F. K. M.; SANTOS, J. O. L. **Educação especial no Brasil: um recorte histórico-bibliográfico**. Fevereiro, 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/5582/10770/11329>. Acesso em 12 set. 2023.

TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. M.; FREITAS, M. N. C. **A Educação Inclusiva: um estudo sobre a Formação Docente**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 22, n. 4, p. 527 – 542, dezembro, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/NPXMqY7W5L7jRr6DwDCLZBw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 ago. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Plano de Ensino da Disciplina de Educação Especial e Inclusão**. Campinas: UNICAMP, 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Plano de Ensino da Disciplina de Educação de Surdos e Língua de Sinais**. Campinas: UNICAMP, 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Plano de Ensino da Disciplina de Comunicação e Sinalização Diferenciadas na Educação Especial**. Marília: UNESP, 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Plano de Ensino da Disciplina de Currículo e as Necessidades Educacionais Especiais**. Marília: UNESP, 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Plano de Ensino da Disciplina de Desenvolvimento e Aprendizagem: Especificidades das Pessoas com Deficiência**. Marília: UNESP, 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Plano de Ensino da Disciplina de Educação Especial**. Araraquara: UNESP, 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Plano de Ensino da Disciplina de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Bauru: UNESP, 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Plano de Ensino da Disciplina de Educação Inclusiva: Fundamentos, Políticas e Práticas**. São José do Rio Preto: UNESP, 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Plano de Ensino da Disciplina de Fundamentos da Educação Inclusiva**. Marília: UNESP, 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Plano de Ensino da Disciplina de Fundamentos da Educação Inclusiva**. Presidente Prudente: UNESP, 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Plano de Ensino da Disciplina de Fundamentos da Educação Inclusiva**. Rio Claro: UNESP, 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Plano de Ensino da Disciplina de Língua Brasileira de Sinais**. Araraquara: UNESP, 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Plano de Ensino da Disciplina de Língua Brasileira de Sinais**. Marília: UNESP, 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Plano de Ensino da Disciplina de Libras, Educação Especial e Inclusiva (Modalidade a Distância)**. Bauru: UNESP, 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Plano de Ensino da Disciplina de Libras, Educação Especial e Inclusiva (Modalidade a distância)**. Rio Claro: UNESP, 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Plano de Ensino da Disciplina de Libras, Educação Especial e Inclusiva (Modalidade a distância)**. São José do Rio Preto: UNESP, 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Plano de Ensino da Disciplina de Linguística Aplicada à Educação Especial**. Marília: UNESP, 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Plano de Ensino da Disciplina de Paradigmas Inclusivos e didática de Libras**. Presidente Prudente: UNESP, 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Plano de Ensino da Disciplina de Recursos e Estratégias Didáticas na Educação Especial**. Marília: UNESP, 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Plano de Ensino da Disciplina de Sexualidade e Deficiência**. Marília: UNESP, 2023.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Plano de Ensino da Disciplina de Educação Especial- Fundamentos, Políticas e Práticas Escolares**. São Paulo: USP, 2023.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Plano de Ensino da Disciplina de Fundamentos da Educação Especial**. Ribeirão Preto: USP, 2023.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Plano de Ensino da Disciplina de Introdução à Língua Brasileira de Sinais**. Ribeirão Preto: USP, 2023.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Plano de Ensino da Disciplina de Libras- Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: USP, 2023.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Plano de Ensino da Disciplina de Projeto Integrado de Estágio em Docência em Educação Especial**. São Paulo: USP, 2023.

UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Plano de Ensino da Disciplina de Educação Especial e Inclusiva**. São Paulo: UNIVESP, 2023.

UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Plano de Ensino da Disciplina de Letramento e Libras para professores**. São Paulo: UNIVESP, 2023.

UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Plano de Ensino da Disciplina de Projeto Integrador - Práticas inclusivas**. São Paulo: UNIVESP, 2023.

APÊNDICE

PRISMA 2020- Checklist

Tópico	Número do Item	Item do Checklist
Título		
Título	1	Revisão Sistemática: Artigos cujo objeto de estudo está relacionado com à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e a formação de professores.
Resumo		
Resumo estruturado	2	Estudo: Análise dos cursos de pedagogia das Universidades Públicas do Estado de São Paulo e sua relação na garantia da inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Fontes de dados: Levantamento em bases de dados. Método: Busca nas bases de dados, análise do conteúdo e elegibilidade.
Introdução		
Justificativa	3	A garantia da inclusão no contexto educacional relacionada à problemática da formação inicial de qualidade oferecida aos discentes do curso de pedagogia.
Objetivos	4	Objetivo Geral: Analisar os currículos dos cursos de Licenciatura em Pedagogia oferecidos pelas Universidades Públicas do Estado de São Paulo (UNESP, UNICAMP, UNIVESP e USP) que são responsáveis por prepararem professores para atender às necessidades de inclusão na Educação Infantil e no Ensino Fundamental – anos iniciais. Objetivos específicos: a) Investigar o histórico das Políticas Públicas no Brasil que respaldam a Educação Especial. b) Identificar os mecanismos educacionais empregados na formação inicial de professores para a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino.

Métodos		
Critérios de elegibilidade	5	Critérios para análise nas bases de dados: <ul style="list-style-type: none"> - Recorte Temporal: Últimos 10 anos (2012-2022) - Idioma: Português - Tipo de publicação: Artigos
Fonte de informação	6	Bases de dados: SCIELO e Portal de Periódicos CAPES.
Estratégia de busca	7	SCIELO: “Educação Especial” OR “Educação Inclusiva” AND “Formação de Professores” OR “Currículo”. Portal de Periódicos CAPES: “Educação Especial e Inclusiva” AND “Formação de professores” AND “Currículo”.
Processo de seleção	8	Triagem, foram eliminados: <ul style="list-style-type: none"> - Artigos duplicados - Artigos não disponíveis na íntegra
Processo de coleta de dados	9	Busca nos portais de dados, com as combinações mencionadas no item 7, importação e armazenamento dos dados software.
Lista de dados	10	Importação de 215 artigos para análise inicial.
Risco de viés em cada estudo	11	Não aplicável
Medidas de efeito	12	Não aplicável
Métodos de síntese	13	Foram sintetizados os artigos relacionados com a temática, dividida em dois tópicos: <ul style="list-style-type: none"> - O histórico da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no Brasil. - A formação inicial de professores tendo em vista a garantia da inclusão nos ambientes educacionais.
Risco de viés em estudos	14	Não aplicável
Análises adicionais	15	A partir das referências dos artigos escolhidos, foram retirados autores que contribuíram para a presente pesquisa.

Resultados		
Seleção de estudos	16a	Foram estudados 215 artigos, dentre eles 180 foram excluídos por não terem relação com a temática, dos 35 restantes, oito foram incluídos na presente pesquisa por se relacionarem com este estudo.
	16b	Alguns dos artigos estavam de acordo com o critério de inclusão, porém o conteúdo era majoritariamente composto por citações.
Características dos estudos	17	Artigos que continham relação com ao menos três dos descritores (palavras-chave).
Risco de viés entre os estudos	18	Não aplicável
Resultados de estudos individuais	19	Não aplicável
Síntese dos resultados	20	As sínteses dos oito artigos selecionados para compor este estudo foram apresentadas na subseção 3 da presente pesquisa.
Relato de viés	21	Não aplicável
Discussão		
Discussão	22	Os artigos mostraram-se relevantes acerca da discussão da formação do professor a fim de que a inclusão na rede regular de ensino seja de fato efetivada.
Limitações	23	Não aplicável
Conclusões	24	Para construir o referencial teórico foram selecionados artigos nas bases de dados, a fim de dialogar com as ideias da presente pesquisa e garantir credibilidade ao presente estudo elaborado.
Outras informações		
Financiamento	25	Não aplicável
Conflito de Interesse	26	Não aplicável
Disponibilidade dos dados,	27	Os artigos podem ser encontrados nas bases de dados em que foram pesquisados, estando

código e outros materiais		disponíveis a todos que desejam se aprofundar na temática abordada pelos autores.
---------------------------	--	---

Fonte: A autora (2023), adaptado de Moher *et al.* (2015)